



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

RELATÓRIO DA RECEITA
PL nº 007/2015-CN

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”

SENADOR ACIR GURGACZ
Relator da Receita

SENADORA ROSE DE FREITAS
Presidente da CMO



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

ÍNDICE

1	RELATÓRIO.....	3
1.1	Histórico	3
1.2	Conclusão e Resumo da Avaliação da Receita para 2016	5
1.3	Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas	9
1.4	Avaliação das Estimativas de Receita do PLOA2016	17
1.4.1	<i>A Reestimativa das Receitas do Orçamento para 2015</i>	<i>18</i>
1.4.2	<i>A Estimativa das Receitas no Orçamento para 2016.....</i>	<i>20</i>
1.4.2.1	<i>Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, para 2016.....</i>	<i>21</i>
1.4.2.2	<i>Arrecadação Líquida do RGPS para 2016.....</i>	<i>24</i>
1.4.2.3	<i>Receitas Administradas por Outros Órgãos para 2016.....</i>	<i>24</i>
1.4.2.4	<i>Revisão da Receita para 2016 pelo Congresso Nacional.....</i>	<i>27</i>
1.4.3	<i>Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2016.....</i>	<i>34</i>
1.5	Receitas Financeiras para 2016.....	37
1.6	Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 2016	40
1.7	Metodologia da Estimativa das Receitas da Proposta de Orçamento para 2016.....	41
1.8	Emendas à Receita Apresentadas.....	43
1.9	Anexos	45
2	VOTO.....	45
3	Anexo	46



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

PARECER da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 007, de 2015 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”.

RELATOR : Senador ACIR GURGACZ

1 RELATÓRIO

1.1 Histórico

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 007, de 2015-CN (Mensagem nº 325, da mesma data, na origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016.
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação da Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), **Senadora Rose de Freitas**, foi nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2016 prevista no referido Projeto de Lei.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

3. Conforme é de conhecimento dos integrantes desta Comissão, a avaliação das estimativas de receitas é realizada ao amparo do que estabelece o art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior dos parâmetros macroeconômicos ou da legislação tributária. Informações complementares relativas às projeções oficiais das principais variáveis ficaram disponíveis em 15 de setembro e serão atualizadas pelo Poder Executivo até 21 de novembro, como estabelece o PLDO2016, ora em tramitação no Congresso Nacional.
5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Agradeço aos **Senadores Eduardo Amorim e Benedito Lira** e aos **Deputados Hildo Rocha, Nilto Tatto, Leopoldo Meyer, Giuseppe Vecchi, Evair de Melo, Orlando Silva e Jaime Martins** que o integram.
6. O conteúdo deste Relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se neste documento, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2016.
7. As emendas à Receita, apresentadas em outubro, em número de quatro, somente se referem à possibilidade de arrecadação de novos valores, e igualmente são objeto de apreciação neste Relatório.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

1.2 Conclusão e Resumo da Avaliação da Receita para 2016

8. Nossa avaliação geral é de que a estimativa da Receita Primária Total contida no PLOA2016, acrescida de alguns dos valores decorrentes do documento intitulado Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 – Arrecadação, igualmente elaborado pelo Poder Executivo, está em desacordo com as reais possibilidades de arrecadação nesse exercício.
9. A Receita Primária Total inicialmente foi prevista na Proposta para 2016 em R\$ 1.401,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 76,5 bilhões, ou de 5,8%, sobre a estimativa para 2015 de R\$ 1.325,3 bilhões produzida na Avaliação do 3º Bimestre de 2015. A Receita Primária Líquida, ou seja, a Receita Primária Total deduzida das Transferências a Estados e Municípios, foi estimada em R\$ 1.180,1 bilhões, superando em R\$ 68,5 bilhões a estimativa de arrecadação de R\$ 1.111,6 bilhões contida na referida Avaliação.
10. Entendemos que há necessidade de outros ajustes para adequar o cenário prospectivo das receitas às reais condições da economia.
11. Avaliamos que o emprego da taxa positiva de crescimento real do PIB de 0,20%, embutida nas projeções para 2016, não é factível de ser obtida, diante das negativas perspectivas econômicas hoje vigentes, cuja reversão depende com destaque do ajuste sustentável das finanças públicas, sem o que não se criará condições para a retomada da confiança dos agentes privados.
12. Desse modo, uma consideração realista das perspectivas de arrecadação para 2016 demandou a revisão das hipóteses iniciais do PLOA2016, e, em função disso, adotamos para esse exercício a hipótese de crescimento negativo de 1,0% para o PIB e de 6,0% para o IPCA.
13. Com essa revisão tivemos uma expressiva redução R\$ 11,0 bilhões na estimativa inicial de arrecadação da Receita Administrada pela SRFB, pois há uma gama de tributos cuja previsão é dependente da variação esperada do PIB. Por outro lado, uma revisão da estimativa da arrecadação



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

previdenciária indicou um ganho de R\$ 822,0 milhões com relação à estimativa inicial.

14. Das medidas propostas pelo Poder Executivo após o envio da Proposta de 2016, diversas delas foram incorporadas ao nosso Relatório, por entendermos que são passíveis de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, tanto pela natureza das medidas como por requererem relativamente menos dificuldades no processo de tramitação. Nesse conjunto há, inclusive, medidas que já estão tendo validade jurídica por terem sido baixadas por meio de medidas provisórias ou mesmo decreto daquele Poder.
15. Porém, nesse processo de análise optamos por não incluir em nossa reestimativa da receita os recursos que seriam decorrentes da instituição da CPMF, porque o instrumento legal que a institui, Proposta de Emenda Constitucional (PEC), enfrenta obstáculos de toda a ordem à sua tempestiva aprovação. A exigência de *quorum* qualificado e de regras processuais legislativas distintas assume maior dimensão diante do atual cenário econômico e político nacional que se mostra contrário a proposições de ajuste que se apoiem fortemente no aumento de carga tributária sobre a sociedade brasileira.
16. Nesse contexto, o trâmite dessa proposição enfrenta considerável dificuldade e, se eventualmente vier a ser aprovada no exercício vindouro, na nossa avaliação somente o seria em fins do último trimestre, o que inviabiliza a geração de arrecadação no exercício de 2016.
17. Em consequência, tendo em vista a premissa que orientou a feitura deste Relatório, qual seja a de oferecer um quadro realista das possibilidades de arrecadação tributária em 2016, levando-nos inclusive a rever a taxa de crescimento econômico, resolvemos por não considerar nenhum efeito de arrecadação no próximo exercício, resultante da possível instituição dessa Contribuição.
18. Adicionalmente, também não incluímos as medidas ligadas ao Sistema “S” por entendermos que isso poderia sobrecarregar o setor produtivo num



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

momento delicado de queda da atividade econômica. Se não se pode estimular a economia por falta de recursos, também não se deve impor novas cargas fiscais, sob pena de se agravar as dificuldades em termos de geração de renda e empregos. Lembramos que o Poder Executivo, até o momento, não expediu nenhuma proposta de alteração legislativa nesse sentido.

19. Por outro lado, resolvemos incorporar no rol de itens de receita para 2016, proposições que objetivavam produzir receitas em 2015, mas que, por dificuldades de tramitação ou de criação de condições operacionais para a sua geração, somente o farão em 2016.
20. É o caso do leilão de usinas hidroelétricas previsto para o último trimestre de 2015, mas que devido a problemas para realização do processo licitatório não mais serão realizadas neste exercício e ficarão reprogramadas para 2016, o que é estimado para gerar R\$ 11,0 bilhões de arrecadação.
21. O adiamento para 2016 da venda de ações ao público da Caixa Seguridade e do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB, devido às condições adversas de mercado, e no qual se esperava apurar perto de R\$ 4,0 bilhões, com receita distribuída entre diversos tributos (Imposto de Renda, CSLL e Cofins). Neste particular, estimamos também receita adicional com Dividendos da Caixa Seguridade em R\$ 2,3 bilhões.
22. Por questões de exiguidade de tempo para a completa tramitação legislativa, também a proposta de legalização de recursos repatriados do exterior – RERCT (PL nº 2.960, de 2015) terão os recursos dela derivados previsto para ingresso no exercício vindouro, estimados em R\$ 11,1 bilhões.
23. Novamente na área das Concessões, a licitação na área portuária, de vários terminais de grãos, celulose, carga geral, combustíveis, veículos e *containers*, e aeroportuária, com revisão dos valores de outorga nos projetos do Programa de Investimento em Logística - PIL (Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza) mostra expectativa de arrecadação de R\$ 1,5 bilhões.
24. Na receita de Operações com Ativos, estimamos receita adicional de R\$ 3,6 bilhões, decorrentes de medidas relacionadas aperfeiçoamento na gestão e



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

cobrança da dívida ativa da União, e de outros R\$ 10,0 bilhões, decorrentes da aprovação parcial de emendas parlamentares à receita, em função da ampliação do escopo da MP nº 691, de 2015, ao permitir a alienação de terrenos rurais na área da Amazônia Legal e terrenos urbanos em qualquer ponto do território nacional.

25. Apuradas as variações positivas e negativas na receita, obtivemos um efeito líquido positivo de variação sobre as estimativas das Receitas Primária Bruta e Líquida contidas na Proposta de R\$ 39,0 bilhões e R\$ 31,4 bilhões, respectivamente.
26. A reestimativa da Receita Primária pelo Congresso Nacional incorporando essas modificações e algumas proposições do Poder Executivo está contida na Tabela II, e integra o item 1.4.2.4 Revisão da Receita para 2016 pelo Congresso Nacional, deste Relatório.
27. A Tabela I, a seguir, destaca as variações negativas e positivas nos diversos itens de receitas que foram afetados por essas alterações.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

TABELA I			
ESTIMATIVA DE VARIAÇÃO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS BRUTA E LÍQUIDA PARA 2016 (*)			
Variação nas estimativas de receita do PLOA2016 devido à reestimativa efetuada pelo Congresso Nacional			
DISCRIMINAÇÃO	Variações		
	Bruta	Transf. Est/Mun	Líquida
A. RECEITAS ADMINISTRADAS PELA SRFB	9.773,0	7.613,0	2.160,0
A.1- Imposto de Renda	16.473,0	7.613,0	8.860,0
A.1.1 - Aumento de 15% para 18% da alíquota de IR fonte sobre Juros do Capital Próprio e limitação em 5% da TJLP para efeito de cálculo desses juros pela pessoa jur. (MP nº 694, de 30.09.15).	1.100,0	506,0	594,0
A.1.2 - Tributação progressiva dos ganhos de capital pelo IRPF (MP nº 692, de 22.09.2015)	1.800,0	828,0	972,0
A.1.3 - Tributação PF dos ativos repatriados do exterior	11.100,0	5.106,0	5.994,0
A.1.4 - Alienação de ações bancárias - IRPJ	2.473,0	1.173,0	1.300,0
A.2 - Cofins	2.770,0		2.770,0
A.2.1 - Redução para 0,10% pontos de percentagem do benefício do programa de incentivo à exportação REINTEGRA (Decreto nº 8.543, de 21.10.2015).	1.643,0		1.643,0
A.2.2 - Redução de 50% do benefício do Regime Especial da Indústria Química - REIQ (MP nº 694, de 30.09.15).	657,0		657,0
A.2.3 - Alienação de ações bancárias	470,0		470,0
A.3 - Pis/Pasep	500,0		500,0
A.3.1 - Redução para 0,10% pontos de percentagem do valor do benefício do programa de incentivo à exportação REINTEGRA (Decreto nº 8.543, de 21.10.2015)	357,0		357,0
A.3.2 - Redução de 50% do benefício do Regime Especial da Indústria Química - REIQ (MP nº 694, de 30.09.15).	143,0		143,0
A.4 - CSLL	1.030,0		1.030,0
A.4.1 - Alienação de ações bancárias	1.030,0		1.030,0
A.5 - Demais Receitas Administradas	(11.000,0)		(11.000,0)
A.5.1 - Revisão do crescimento do PIB de + 0,20% para -1,00% em 2016	(11.000,0)		(11.000,0)
B. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DO RGPS	822,0		822,0
B.1 - Reestimativa da arrecadação com redução ressarcimento	822,0		822,0
C. RECEITAS ADMINISTRADAS POR OUTROS ÓRGÃOS	28.400,0		28.400,0
C.1 - Operações com Ativos	13.600,0		13.600,0
C.1.1 - Emendas à MP nº 691, de 2015, que altera a Lei nº 11.952, de 2009, permitindo a alienação de imóveis rurais na Amazonia Legal e de imóveis urbanos em todo o território nacional	10.000,0		10.000,0
C.1.2 - Aperfeiçoamento da gestão da dívida ativa da União	3.600,0		3.600,0
C.2 - Concessões	12.500,0		12.500,0
C.2.1 - Adiamento da licitação de usinas hidroelétricas para 2016	11.000,0		11.000,0
C.2.2 - Licitações em portos e aeroportos	1.500,0		1.500,0
C.3 - Dividendos	2.300,0		2.300,0
C.3.1 - Derivados da Caixa Seguridade	2.300,0		2.300,0
D- TOTAL	38.995,0	7.613,0	31.382,0
Elaboração: Consultorias de Orçamento do SF e CD			

1.3 Cenário Macroeconômico e Finanças Públicas



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

28. Em Anexo a este Relatório encontra-se a Tabela de Parâmetros Macroeconômicos observados e a previsão dessas variáveis na Proposta para 2016 comparada com a visão do mercado e a ótica do Congresso Nacional.
29. Avaliamos que o emprego da taxa de crescimento real do PIB de +0,20%, embutida nas projeções para 2016, não é factível de ser obtida, diante das negativas perspectivas econômicas hoje vigentes, cuja reversão depende com destaque do ajuste sustentável das finanças públicas, sem o que será inviável a retomada da confiança dos agentes privados.
30. Mas, ainda que na mesma direção, isso não significa que perfilamos integralmente com a visão do mercado que atualmente prevê uma queda no PIB de 2016, da ordem de 1,51%, como também IPCA relativamente mais elevado de 6,29%¹.
31. Nesse sentido, tendo em vista uma Avaliação realista das perspectivas de arrecadação para 2016, revimos as hipóteses iniciais do PLOA2016 e adotamos, para os principais parâmetros, a hipótese de crescimento negativo de 1,0% para o PIB e de 6,0% para o IPCA.
32. Nossa posição, relativamente menos contundente do que a do mercado, justifica-se por diversas razões.
33. Primeiro, entendemos que, diante do forte ajuste fiscal processado ao Orçamento de 2015, e continuado em 2016, apoiado por uma política monetária austera, os efeitos positivos de redução da inflação já se farão sentir a partir do primeiro trimestre de 2016, com a eliminação da parcela de inflação corretiva observada em 2015, conforme previsto também pelo mercado. Este fato abrirá espaço para a redução da Taxa de Juros Selic constituindo-se em potente fator de estímulo à recuperação da atividade econômica.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

34. Segundo, a contenção da intensidade declinante da atividade econômica deverá, ainda, ser impulsionada pelos efeitos positivos da desvalorização do real em relação ao dólar que conferirá maior competitividade externa ao País, levando ao aumento das exportações, notadamente a de manufaturados, e à substituição de importações, favorecendo uma retomada gradual da atividade industrial.
35. A propósito, segundo o IBGE, enquanto as importações de bens e serviços caíram 11,70% no 2º trimestre de 2015 comparado com igual período de 2014 as exportações registraram aumento de 7,50%, influenciadas fortemente pela desvalorização cambial de 38,0% registrada no exercício.
36. As medidas tomadas para elevar a competitividade operacional do setor produtivo, associadas a uma taxa de câmbio médio mais favorável, deverão criar condições para um melhor desempenho do setor industrial, a despeito da necessidade de, no curto-prazo, se executar uma política monetário-fiscal mais rígida visando conter pressões inflacionárias. A propósito, embora o mercado esteja mais pessimista com relação à variação do PIB, com respeito ao crescimento da produção industrial em 2016 as expectativas caminham na mesma direção com os agentes econômicos esperando uma recuperação com relação ao exercício precedente.
37. A implementação de novas licitações na área de infra-estrutura, em condições mais rentáveis e atrativas, cujos reflexos começarão a ser sentidos já no próximo exercício, é outro fator que deverá favorecer a retomada dos investimentos e contribuir para a futura reversão do desempenho do sistema econômico.
38. As projeções de receitas na Proposta inicial fundam-se, regra geral, na arrecadação realizada de janeiro a julho de 2015 e na estimada para o restante do segundo semestre desse exercício, tendo-se em conta hipóteses

¹ Próximo à data do envio da Proposta ao Congresso Nacional, em 04.09.15, o mercado (Focus-Bacen) já estimava uma queda de 0,50% no PIB de 2016 enquanto o PLOA2016 projetava positivos 0,20%. O IPCA, por sua vez, era previsto em 5,58% e 5,40%, respectivamente. Na mesma data, para 2015, o mercado previa queda de 2,44% do PIB, enquanto o Governo esperava -1,80%, e IPCA de 9,29% e 9,25%, respectivamente. Mais recentemente, em 30.10.15, segundo o Focus, o mercado espera queda de 3,05% do PIB e IPCA de 9,91% para 2015, enquanto para o Poder Executivo esses números são de -2,44% e 9,29%, respectivamente, consoante a Avaliação do 4º bimestre.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

de comportamento dos parâmetros relevantes até o final de 2015 e sobre informações específicas de empresas e órgãos do Poder Executivo².

39. Além disso, foram incorporados também os efeitos de medidas legislativas então em tramitação no Congresso Nacional, aí incluída a Proposta de Emenda Constitucional - PEC nº 87, de 2015 que trata da prorrogação em novos termos da desvinculação dos recursos da União (DRU).
40. Integram o rol de indicadores fundamentais os índices geral de preços e de preços ao consumidor, os índices de preços específicos de produtos ou mercadorias, as expectativas de crescimento real da economia e de variação da massa salarial, da taxa de câmbio e da taxa de juros, para citar os mais importantes.
41. As estimativas dos indicadores econômico-fiscais usadas pelo Poder Executivo na previsão de receitas para 2015 são as que constaram da Grade de Parâmetros de 07 de agosto do mesmo ano da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF). De acordo com o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PL nº 1, de 2015-CN), Anexo II, inciso XXI, ora em tramitação no Congresso Nacional. Em 21 de novembro de 2015 deverá haver comunicação do Poder Executivo sobre a eventual atualização das hipóteses de comportamento futuro para os principais parâmetros macroeconômicos.
42. O Poder Executivo estimou, na Avaliação do 3º Bimestre, que o PIB nominal de 2015 será de R\$ 5.831,4 bilhões e, em 2016, atingiria R\$ 6.253,2 bilhões, com um aumento nominal de 7,2%, segundo o PLOA2016. Em nossa ótica, assumindo realisticamente a adoção de queda de 1% no crescimento econômico de 2016 e maior expectativa do IPCA, da ordem de 6,0%, estimamos que o PIB nominal no próximo exercício fique em torno de R\$ 6.119,0 bilhões, com expansão nominal de cerca de 5,0%.
43. A Proposta admite, ainda, taxa básica de juros (SELIC) média de 13,42% em 2016, contra 13,31% esperada para 2015, e taxa de câmbio média,

² Parâmetros econômicos elaborados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE-MF) de 07.08.2015.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

para os mesmos exercícios, de R\$ 3,39 e R\$ 3,15, por unidade de dólar. Ao final de exercício, a SELIC de 2016 e 2015 é suposta em 12,00% e 14,25%, respectivamente.

44. A lenta superação da crise externa também tem contribuído negativamente para agravar o desempenho da economia brasileira, com a expectativa de crescimento do produto para 2015 sendo sucessivamente revista para menor no decorrer do exercício, num comportamento semelhante ao já observado desde o ano anterior.
45. Num primeiro momento, por ocasião da Proposta para 2015, o Governo esperava crescimento de 3,0% para o PIB. O Congresso Nacional baixou essa expectativa para 0,77% na Lei Orçamentária, com base no cenário que prevaleceu no Parecer da Receita, diante da evolução muito tímida da atividade e antevendo novos percalços adiante. Mais adiante, o Poder Executivo veio a acolher nova redução, admitindo então variação negativa de 1,20 na Avaliação de Receitas e Despesas do 2º Bimestre, e, ao final de julho, na Avaliação do 3º Bimestre voltou a reduzir a expectativa de 2015 para menos 1,49% e, finalmente, para as projeções do PLOA2016 adotou queda ainda maior, de -1,80%, para o crescimento real do PIB de 2015.
46. Segundo o IBGE, no 1º semestre de 2015 com relação ao período equivalente de 2014 o PIB mostrou crescimento negativo de 2,10%. Conforme observado, essa tendência decrescente já vinha desde 2014, sendo que o 1º trimestre deste ano com relação ao último de 2014 já mostrava queda de -0,20%, piorando o fraco desempenho positivo de 0,10% de crescimento observado em todo o ano de 2014 em confronto com o ano precedente.
47. Há queda generalizada em todos os componentes da demanda interna, na comparação do 2º trimestre de 2015 contra mesmo período de 2014. O consumo das famílias, que vinha em seguidos crescimentos, registrou queda de 2,70% decorrente da deterioração do emprego, renda, crédito e inflação, e a formação bruta de capital fixo sofreu contração de 12,7%. Com



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

isso, a taxa de investimento estacionou em 17,8% do PIB, ligeiramente abaixo na registrada no mesmo período de 2014.

48. Por conta, principalmente, do crescimento negativo observado até agora as contas públicas em 2015 estão se deteriorando aceleradamente, com as estimativas de Receitas Primárias sendo sucessivamente revistas para abaixo nas duas Avaliações de Receitas e Despesas realizadas pelo Poder Executivo até o envio da Proposta ao Congresso Nacional.
49. Como consequência, o Resultado Primário Consolidado do Setor Público executado em 2015, medido nos últimos 12 meses até julho, segundo o Bacen, está deficitário em 0,89% do PIB, superior ao registrado em dezembro de 2014 que ficou ineditamente deficitário em 0,59% do PIB, enquanto que em julho de 2013 foi superavitário em 1,77% do PIB.
50. Recorde-se que a Meta Fiscal Consolidada (“cheia”) para 2016 foi inicialmente fixada em R\$ 126,8 bilhões (R\$ 104,6 bilhões para o Orçamento Fiscal e da Seguridade) no PLDO2016, ainda em tramitação no CN, sem permissão de abatimento a título de investimentos como ocorria em exercícios anteriores. Posteriormente, diante do fraco desempenho fiscal de 2015, essa meta foi reduzida para R\$ 43,8 bilhões (R\$ 34,4 bilhões para o Orçamento Fiscal e da Seguridade), correspondendo a 0,70% do PIB³.
51. Para 2015 o PLN nº 5-CN, de 22.07.2015, igualmente reduziu a meta consolidada original de R\$ 66,3 bilhões para apenas R\$ 8,7 bilhões e admitindo redução em até R\$ 26,4 bilhões, caso fossem frustradas as receitas extras previstas no PROELIT, RERCT e Concessões, o que significava dizer que poderia haver déficit em 2015.
52. Mais recentemente, por meio do Ofício Interministerial nº 093/2015/MF/MPOG, de 27.10.2015, o Poder Executivo submeteu nova sugestão à apreciação do Relator do citado PLN nº 5, de 2015. Nele destaca que a pronunciada queda da arrecadação, a despeito do contingenciamento de despesas de R\$ 78,0 bilhões, levou à necessidade de nova proposta de

³ O Ofício nº 164/2015-MP, de 05.08.2015, propõe nova redação ao art. 2º do PLDO2016 e ao Anexo de Metas Fiscais desse projeto de lei.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

meta de resultado primário para 2015, agora na forma de um déficit de R\$ 51,8 bilhões para o Governo Central, e de R\$ 48,9 bilhões para o Setor Público Não Financeiro Consolidado.

53.A Proposta de Orçamento para 2016 contemplou Resultado Primário da União em inédito valor negativo de R\$ R\$ 30,5 bilhões (-0,49% do PIB), bastante abaixo da prevista no PLDO2016 modificado pelo próprio Poder Executivo. Diante da reação negativa, essa meta foi posteriormente revista para positivos 0,55% do PIB, conforme as diretrizes orçamentárias, e foram elaboradas proposições de atos legais adicionais tanto do lado da receita como da despesa para o ajuste da Proposta para 2016 visando o alcance dessa meta.

54.Relativamente à meta da taxa básica de juros SELIC, depois de ter voltado a um dígito no início de março de 2012 essa taxa continuou caindo até atingir 7,25% a.a. na reunião do Copom de 10 de outubro desse ano, a menor historicamente observada. Foi assim mantida até a reunião de abril de 2013 quando, devido ao recrudescimento das pressões inflacionárias, foi elevada para 7,50% e fechou dezembro com 10,0%. Em 2014 encerrou o exercício com 11,75% e, em 2015, continuou em elevação até julho quando se estabilizou em 14,25%, principalmente para evitar que os efeitos da recomposição de preços administrados e desvalorização cambial recente se propagassem para o restante da economia.

55.O aumento de gastos com juros sobre a dívida pública⁴, associado à piora nos resultados primário, tem seu retrato final na crescente evolução da relação Dívida Bruta do Governo Geral do Setor Público (DBGG) e PIB que, nos últimos exercícios tem crescido fortemente. Em julho de 2013 correspondia a 55,3% do PIB; em julho de 2014 subiu levemente para 55,5% do PIB e, em julho de 2015, saltou para 64,6% do PIB.

⁴ Os juros nominais, medidos nos últimos doze meses, como proporção do PIB, evoluíram de 4,57% do PIB no acumulado de julho de 2013 para 4,75% do PIB em julho de 2014 e para 7,92% do PIB em julho de 2015. Os resultados primários, por sua vez, nas mesmas datas mostraram valores de -1,77% do PIB; +0,59% do PIB e +0,89% do PIB (recorde-se que resultado primário positivo significa déficit primário).



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

56. Relativamente à Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a Proposta para 2016 contempla a hipótese de aumento da DLSP de 34,1% do PIB em 2014 para 36,1% do PIB ao fim de 2015 e de 39,0% em 2016, refletindo o fato de que, com um robusto nível de reservas, a desvalorização cambial observada atenua o reflexo do aumento da dívida bruta. Os agentes de mercado consultados semanalmente pelo Banco Central também preveem elevação da relação, sendo 36,3% do PIB para 2015 e 39,2% do PIB para 2016⁵.
57. Com respeito ao Resultado Nominal do Setor Público Consolidado, que é o indicador do impacto da execução da política fiscal na DBGG, a Proposta para 2016 espera um resultado deficitário de 7,0% do PIB em 2015, superior aos 6,2% do PIB registrados no ano anterior, mas, para 2016, um declínio para 5,9% do PIB para 2016, como consequência da política de ajuste fiscal proposta. Cabe lembrar que, em 2013 esse resultado foi de 2,4% do PIB, mas, em 2014, já havia subido para os 6,2% do PIB antes comentado.
58. Relativamente ao petróleo, após os preços elevados atingidos em 2008, (até US\$ 133,00 para o *Brent*), as cotações caíram significativamente e, em 2013 e 2014, gravitaram ao redor de US\$ 105,00. Em 2015 caiu mais ainda e, na média, deverá ficar perto de US\$ 60,00. A Proposta emprega cotação média do barril do tipo *Brent* de US\$ 55,94, abaixo da Avaliação do 3º Bimestre que previu US\$ 66,50. A recuperação econômica mundial tem sido vagarosa e a criação de novas fontes de oferta, principalmente nos EUA, tem pressionado os preços para baixo.
59. O câmbio médio para 2016 de acordo com o prognóstico do mercado será mais elevado do que o previsto no Projeto de Lei Orçamentária, envolvendo uma taxa de R\$ 3,65 por dólar contra R\$ 3,39 por dólar na Proposta. Para 2015 o mercado espera R\$ 3,60 enquanto a Proposta estima R\$ 3,15.⁶
60. A massa salarial começa a dar sinais de desaceleração, refletindo os índices de menor crescimento econômico. Em termos nominais em 2014 cresceu 9,94%, contra acima de 10,0% nos anos anteriores. O Projeto de Lei Orçamentária para 2016 contempla expansão nominal 3,20% em 2015 e

⁵ *Op. cit.*



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

de 2,32% em 2016, refletindo quedas na taxa de ocupação, bem como na evolução dos rendimentos nominais que, entre outros, é influenciada pelo negativo ou baixo crescimento econômico que afeta a fixação do aumento do salário mínimo.

61. Parâmetros específicos afetarão itens relevantes da receita tradicionalmente administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 2016, como as vendas de produtos do fumo, bebidas e veículos. O volume de importações é esperado para continuar arrefecendo devido à desvalorização cambial e à desaceleração da economia.

1.4 Avaliação das Estimativas de Receita do PLOA2016

62. A metodologia de estimação das receitas primárias contidas no PLOA2016 acha-se comentada no item 1.7 deste Parecer.

63. As estimativas de receita constantes das Propostas de Orçamento encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo foram sempre, até a crise de 2008/2009, inferiores aos valores efetivamente realizados. Desde 2009, porém, o arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da Proposta, com exceção de 2011 quando superou em 1,2% a prevista no Projeto de Lei e ficou 1,1% abaixo da Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.⁷ A partir de 2012 o valor arrecadado voltou a ficar abaixo do projetado tanto no Projeto de Lei como na Lei. Para 2015, dada a forte queda na taxa de crescimento da economia, a estimativa de arrecadação trazida pelo Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 3º bimestre, elaborado pelo Poder Executivo, mostra que a receita realizada deverá ficar quase 10,0% abaixo da Proposta original e em torno de 8,5% abaixo da prevista na Lei Orçamentária do exercício⁸.

⁶ *Op. cit.*

⁷ Mesmo em 2010 a receita realizada, se não considerado o ingresso extraordinário de R\$ 78,4 bilhões, produto da venda de cinco bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras, ficou abaixo da Proposta em R\$ 7,4 bilhões.

⁸ Pelo Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 4º Bimestre a diferença entre o realizado e o projetado, originalmente e na Lei, continua a se ampliar.



1.4.1 A Reestimativa das Receitas do Orçamento para 2015

64.A reestimativa da Receita Primária Bruta para 2015, contida na reprogramação orçamentária elaborada pelo Poder Executivo na Avaliação do 3º Bimestre, no montante de R\$ 1.325,3 bilhões, embora maior do que a arrecadação de R\$ 1.221,5 bilhões realizada no ano precedente equivale a 22,7% do PIB abaixo dos 23,6% do PIB de 2014. É também inferior à prevista na LOA2015 que é de R\$ 1.447,8 bilhões, refletindo os efeitos da queda do crescimento da economia.

65.A Receita Administrada pela RFB, o maior subconjunto das Receitas Primárias, mostrou fraco desempenho na arrecadação realizada até julho, destacando-se, em particular, a frustração ocorrida no mês anterior, mesmo com a ocorrência neste ano de importantes ingressos atípicos, no valor de R\$ 13,1 bilhões (R\$ 4,6 bilhões de transferência de ativos entre empresas, R\$ 1 bilhão de remessas para residentes no exterior e R\$ 7,5 bilhões pela recuperação de débitos em atraso). A erosão da base tributável, decorrente da atividade econômica bastante menor do que a embasou as estimativas da Lei, ou mesmo da Reprogramação do Poder Executivo no 2º bimestre, concorreu para novos recuos na estimativa desses ingressos para 2015 contidas na Avaliação do 3º Bimestre⁹.

66.Como proporção do PIB, é possível que esse segmento arrecade em 2015 mais do que em 2014 (14,04% contra 13,39%), a despeito do aprofundamento da recessão econômica, mas impulsionado pela arrecadação de receitas atípicas (entre outras, parcelamentos de débitos tributários, transferências de ativos entre empresas, recuperação de débitos em atraso por parte de ações administrativas).

67.Relativamente à Arrecadação Líquida do INSS, o segundo mais importante bloco das Receitas Primárias, a arrecadação prevista LOA2015 em R\$ 392,7 bilhões caiu para R\$ 349,9 bilhões na Avaliação do 3º Bimestre, aí

⁹ A Secretaria da Receita Federal do Brasil em seu informe mensal gerencial de agosto confirma o medíocre desempenho da arrecadação que, no período de janeiro a agosto de 2015 relativamente ao mesmo período de 2014, os tributos por ela administrados, inclusive o RGPS, teve a arrecadação reduzida em 2,5% em termos reais..



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

considerada a compensação pelas desonerações da folha, também sofre os reflexos da queda no crescimento que deteriora as condições no mercado de trabalho. Em proporção do PIB, cai de 6,11% do PIB em 2014 para 6,00% do PIB na Avaliação do 3º bimestre.

68. Dentro do terceiro grande bloco de Receitas Primárias, a chamada Receita Não Administrada, destaca-se o aumento na estimativa de Receita com Concessões, de R\$ 15,2 bilhões na LOA2015 para R\$ 18,3 bilhões na Avaliação do 3º Bimestre, contra um valor realizado de R\$ 7,9 bilhões em 2014. Tal previsão depende apoia-se no êxito das outorgas de serviços de telecomunicações, e, principalmente, nos leilões para exploração e produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal (lembre-se que no caso da 13ª rodada da ANP isto não se verificou), cuja realização mostra-se bastante remota no atual cronograma. A única expectativa positiva repousa no leilão das geradoras de energia elétrica que serão realizados em novembro.
69. Outro importante item desse bloco é a Receita com *Royalties* e Compensações Financeiras, estimada em R\$ 50,4 bilhões na LOA2015, mas revistos para R\$ 31,1 bilhões no 3º Bimestre, abaixo dos R\$ 39,4 bilhões arrecadados em 2014, refletindo os efeitos combinados da elevação da cotação do dólar e do menor preço médio de referência do barril *Brent*.
70. A estimativa da Receita com Dividendos, outra destacada fonte de receita, também vem sendo revisada para baixo com expectativa no 3º Bimestre de R\$ 17,0 bilhões para 2015, contra R\$ 25,0 bilhões na LOA2015 e R\$ 18,9 bilhões arrecadados em 2014, como resultado da menor expectativa de geração de lucros por parte das empresas estatais federais.
71. A estimativa de arrecadação com Contribuições ao Plano de Seguridade do Servidor, com o Salário-Educação e com as Receitas Próprias estão relativamente menos discrepantes com a previsão orçamentária de 2015, sendo que a maior diferença repousa no Salário-Educação que sofre maior influência da queda do nível de emprego e da renda. As Demais Receitas,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

embora fiquem cerca de R\$ 11,0 bilhões abaixo da LOA2015, estão ainda R\$ 4,0 bilhões acima da registrada em 2014.

72.A Avaliação do 3º Bimestre prevê ainda R\$ 3,0 bilhões de Receita de Operações com Ativos. Essa receita refere-se à venda de patrimônio inservível da União e na LOA2015 mostrava R\$ 3,3 bilhões, mas, na Avaliação do 3º Bimestre foi reduzida para R\$ 3,0 bilhões. Até julho de 2013, nada havia ingressado a esse título e, provavelmente, assim continuará até o fim do exercício.

1.4.2 A Estimativa das Receitas no Orçamento para 2016

73.A *Receita Total do Projeto de Lei de Orçamento para 2016* soma R\$ 3.000,3 bilhões, sendo R\$ 2.903,4 bilhões dos *Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social* e R\$ 96,9 bilhões do *Orçamento de Investimento das Empresas Estatais*. Do total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, R\$ 1.401,8 bilhões correspondem às *Receitas Primárias Brutas* e R\$ 1.501,6 bilhões se constituem em *Receitas Financeiras*¹⁰.

74.A *Receita Primária Bruta*, ou Total, no montante de R\$ 1.401,8 bilhões, representará 22,42% do PIB, ficando abaixo da contida na LOA2015 que alcançou R\$ 1.447,8 bilhões (26,21% do PIB), mas, em termos nominais, acima da provável realização contida na Avaliação do 3º Bimestre que a estima em R\$ 1.325,3 bilhões para 2015. No realizado de 2014 registrou R\$ 1.221,5 bilhões.

75.As *Receitas Primárias Líquidas*, que é a relevante para efeito de análise da alocação de recursos no orçamento pelo Congresso Nacional, também apresentam declínio ao registrar R\$ 1.180,1 bilhões para 2016 contra R\$ 1.223,4 bilhões na LOA2015, mas são maiores nominalmente que a esperada para 2015 na Avaliação do 3º Bimestre em R\$ 1.111,6 bilhões e ao

¹⁰ Dentro das receitas e despesas primárias do Orçamento Fiscal encontra-se o valor de R\$ 18,5 bilhões relativos à compensação da União ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social por perdas decorrentes da desoneração da folha de pagamentos, que a análise a seguir considera como somada à arrecadação do RGPS



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

registrado em 2014 que ficou em R\$ 1.023,0 bilhões. Em termos de participação no PIB serão de 18,87% em 2016, inferior às estimativas para 2015, porém um pouco acima da realizada em 2014.

76. As *Transferências Legais a Estados e Municípios* são estimadas em R\$ 221,7 bilhões para 2016 contra uma estimativa de R\$ 224,4 bilhões na LOA2015 e R\$ 213,7 bilhões na última Avaliação, caindo em proporção do PIB para 3,55%, em grande parte em decorrência da partilha de tributos cuja arrecadação correlaciona-se com o crescimento do PIB e da redução dos ganhos esperados com o *royalties* da produção de petróleo.

1.4.2.1 Receitas Administradas pela RFB, exceto RGPS, para 2016

77. Na Proposta, a *Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal Brasil (RFB), exceto RGPS*, cai em relação ao PIB, no conjunto, passando de total de 14,04% do PIB na Avaliação do 3º Bimestre de 2015, 15,66% do PIB na LOA2015 e 13,39% do PIB no realizado em 2014 para 13,80% do PIB no Projeto para 2016. Há, porém, um aumento nominal de R\$ 43,9 bilhões com relação à última Avaliação.

78. A arrecadação do *Imposto de Importação - II* no PLOA2016, que é de 0,77% do PIB, aumenta em relação à estimativa da Avaliação do 3º Bimestre de 2015 que é de 0,68% do PIB, em função basicamente do esperado aumento do valor em dólar das importações de 5,7%% e da variação cambial de 7,7%.

79. A receita do *Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI*, por sua vez, passa de 0,91% do PIB na Avaliação para 0,94% do PIB em 2016, com esse aumento sendo mais consequência do efeito-legislação (alteração na sistemática de recolhimento do IPI-bebidas – Lei nº 13.097/15; recomposição das alíquotas de automóveis – Decretos nºs. 7.971/13 e 8.168/13; recomposição de alíquotas de outros produtos – Decretos nºs. 8.116/13 e 8.280/14 e equiparação de atacadistas de cosméticos à indústria – Decreto nº 8.393/15), pois há queda no consumo de cigarros, pequeno



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

aumento na venda de bebidas e modesto crescimento na venda dos demais bens, com exceção dos automóveis onde se espera crescimento de 7,4%. A variação de preços tem menor influência porque no caso de Fumo e Bebidas o imposto é fixo por unidade de produto e para os demais bens espera-se aumento de preço de 6,7%, com os automóveis tendo expectativa de aumento de apenas 1,6% nesse quesito.

80. O *Imposto de Renda Total* cai de 5,34% do PIB na Avaliação do 3º Bimestre para 5,19% do PIB na LOA2016, embora com aumento nominal de R\$ 13,2 bilhões, sendo essa variação absoluta basicamente explicada por: no IRPF e IRfonte pela variação nominal da massa salarial de 2,3%, do índice ponderado de preço (IER) de 6,2%, do aumento de preços dos rendimentos de capital de 3,7%, conjugado ao aumento real do PIB de 0,2% para 2016 e ao aumento real das aplicações financeiras em 10,0%; no IRPJ, pela variação de preços de 6,7% e variação do PIB de 0,2%.

81. A receita da *Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL* passa de 1,16% para 1,08% do PIB, devido à variação de preço de 6,7% e variação do PIB real de 0,2%, conjugado à elevação das alíquotas das instituições financeiras de 15% para 20%

82. A receita conjunta das *Contribuições Sociais da COFINS/PIS-PASEP* aumenta levemente de 2015 para 2016, passando de 4,52% do PIB para 4,69% do PIB, decorrente basicamente da variação esperada de preços de venda em 6,5% e do efeito legislação pela alteração das condições de enquadramento do Simples Nacional (LC nº 147/14); incidência sobre ganho de capital na alienação societária (Lei nº 13.043/14); aumento de alíquotas sobre combustíveis e importação (Decreto nº 8.395/15 e Lei nº 13.137/15) e restabelecimento da incidência sobre receitas financeiras de pessoas jurídicas no regime de apuração não-cumulativa. A expectativa de receita extraordinária de R\$ 7,7 bilhões é parcialmente amortecida pelo ajuste da base de 2015 em R\$ 2,2 bilhões.

83. Tomando-se os tributos e contribuições com bases tributárias assemelhadas, os maiores crescimentos nominais de receita em relação à



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

3ª Avaliação de 2015 ocorrem no IRPJ/CSLL, com crescimento de R\$ 13,3 bilhões, e na COFINS/PIS-PASEP, com R\$ 30,3 bilhões. Do aumento esperado de R\$ 43,9 bilhões nas Receitas Administradas pela RFB, esses tributos responderão por mais de 99,0%.

84.A CIDE- Combustíveis passa de 0,06% do PIB em 2015 para 0,10% do PIB em 2016, com aumento de R\$ 3,0 bilhões, devido ao restabelecimento da tributação positiva (Decreto nº 8.395/15).

85.A receita do IOF cresce como proporção do produto, de 0,60% em 2015 para 0,66% do PIB em 2016, e mostra aumento nominal de R\$ 6,3 bilhões em 2016, praticamente devido ao aumento de preços de 6,2% e a alteração das alíquotas do crédito à pessoa física (Decreto nº 8.395/15).

86.As Outras Receitas Administradas pela RFB, onde também se inclui a arrecadação de tributos por conta de renegociação de dívidas de contribuintes ainda não classificadas em seus devidos códigos, caem de 0,79% para 0,37% do PIB, com variação negativa de R\$ 23,0 bilhões, revelando menor presença desse tipo de ingresso. O valor inflado da estimativa para 2015 da Avaliação do 3º Bimestre de R\$ 45,9 bilhões deve-se à inserção da expectativa de, entre outros, de medidas de recuperação de débitos em atraso (PRORELIT – MP nº 685/15), expectativa de abertura do capital da Caixa Seguridade, regularização de ativos no exterior e outras operações de ativos com efeitos na legislação tributária. Note-se, porém, que o valor esperado para 2016, de R\$ 23,0 bilhões, é bastante próximo do realizado em 2014, de R\$ 21,0 bilhões.

87.Finalmente, como tem ocorrido em exercícios anteriores, aspecto delicado da estimativa é a previsão de *Receitas Extraordinárias, ou Atípicas*, que na avaliação do Poder Executivo podem chegar a R\$ 18,4 bilhões em 2016, inferior ao valor de R\$ 27,5 bilhões contido no PLOA 2015 é bastante mais modesta do que a prevista na Avaliação do 3º Bimestre de 2015, que é de R\$ 51,6 bilhões, esperada para ser colhida no curto período de julho a dezembro de 2015. Para 2016 essas receitas, embora se distribuam por todos os itens da Receita Administrada pela SRFB, estão predominantemente alocadas em



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

tributos de base de cálculo assemelhadas, como a COFINS/PIS-PASEP, que contam com R\$ 7,7 bilhões, e o IRPJ/CSLL, que esperam aproximados R\$ 8,5 bilhões.

88. Acrescente-se a esse quadro de receitas relativamente menos prováveis de realização a previsão incluída como “*Medidas Legislativas e Administrativas*”, que, segundo a SRFB, estariam ainda em tramitação, e que renderiam adicionais R\$ 11,3 bilhões para 2016¹¹.

1.4.2.2 Arrecadação Líquida do RGPS para 2016

89. A *Arrecadação Líquida do RGPS* de R\$ 366,1 bilhões, prevista no PLOA2016, aumentará em R\$ 16,1 bilhões, com relação à Avaliação do 3º Bimestre de 2015, porém mostrará queda como proporção do PIB: de 6,11% no realizado de 2014 para 6,0% do PIB em 2015, de acordo com essa Avaliação, e para 5,85% do PIB em 2016, de acordo com a Proposta, já refletindo o aumento da taxa de desemprego e a menor evolução da massa salarial, com variação de apenas 3,02% nesse quesito, acrescido de um efeito-legislação positivo de 2,4% decorrente do aumento esperado do salário-mínimo, do teto previdenciário e reoneração da folha de pagamento pela Lei nº 13.161/15. Na arrecadação líquida apontada estão incluídos R\$ 18,5 bilhões referentes à compensação por desonerações da folha de pagamentos.

1.4.2.3 Receitas Administradas Por Outros Órgãos para 2016

90. No conjunto das *Receitas Administradas Por Outros Órgãos*, no montante de R\$ 173,0 bilhões no PLOA2016, haverá um acréscimo nominal de receita de R\$ 16,5 bilhões, na comparação com a esperada para 2015 na Avaliação do 3º Bimestre. Aumenta também, levemente, como proporção do PIB, de 2,68% para 2,77%.

¹¹ Consoante a SRFB, a composição disso, sem maiores explicações metodológicas, seriam: 1) IOF BNDES, com R\$ 3,0 bilhões; 2) fim da desoneração de PIS/COFINS dos computadores, com R\$ 6,7 bilhões; 3) Bebidas Quentes, com R\$ 1,0 bilhão e 4) IRPJ do lucro presumido – direito de imagem, com R\$ 0,62 bilhão.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

91. Esse aumento decorre fundamentalmente do item *Operações com Ativos* para o qual se espera um aumento da receita em R\$ 24,3 bilhões em 2016, uma vez que há queda de R\$ 8,2 bilhões na previsão da receita com *Concessões*, e de R\$ 4,8 bilhões na receita com *Dividendos*. Para os demais itens de receita desse conjunto as variações de receitas são bem menos significativas ou mesmo irrelevantes.
92. As receitas de *Concessões* mais relevantes estão em bônus de assinatura de campos petrolíferos potenciais, como o Pau-Brasil, outorga aeroportuária e parcelas corrigidas de outorgas já realizadas em telecomunicações (3G, 4G e SMP bandas A e B).
93. A queda nas receitas com *Dividendos* reflete os menores resultados esperados pelas estatais, sendo que BNDES, Caixa e Banco do Brasil responderão por quase 80% do total previsto no item.
94. As Receitas com *Royalties e Compensações Financeiras* crescem, passando de R\$ 31,1 bilhões em 2015 na Avaliação do 3º Bimestre para R\$ 33,0 bilhões em 2016, mas mantém a mesma proporção de 0,53% do PIB e mostram aumento nominal de R\$ 1,9 bilhão. Essas receitas, estimadas pela ANP, vêm quase integralmente do petróleo, e, neste caso, dependem de: a) da taxa de câmbio média do dólar, estimada para 2016 em R\$ 3,39, com base na grade da SPE/MF; b) do aumento da produção, estimado pela ANP¹² e c) da cotação média do barril *Brent*, imaginada em US\$ 55,94, com base na grade da SPE/MF.
95. A expectativa de *Receita de Operações com Ativos*, que era estimada em apenas R\$ 3,0 bilhões em 2015, ou 0,05% do PIB, na Avaliação do 3º Bimestre, aumentará para R\$ 27,3 bilhões em 2016, ficando com 0,44% do PIB. Um montante dessa magnitude dificilmente é previsto neste item de receita, cujo histórico de arrecadação tem sido praticamente nulo. Alega-se, porém, que no presente haverá condições mais favoráveis de realizar tais

¹² A ANP, na NT nº 39/2015/SPG, de 02.09.2015, não forneceu, como antes, o aumento médio da produção física. Pela nova metodologia, a *receita bruta de petróleo de cada campo* é calculada da seguinte forma: *previsão da produção física de petróleo x fator de redução da produção com base no realizado com previsto histórico x previsão para o valor do Brent em dólares x previsão do valor do dólar x relação histórica entre o valor do Brent e o preço do petróleo no campo*.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

alienações, tendo em vista modificações operadas na estrutura operacional de gerenciamento e controle desses bens, em especial em decorrência da MP nº 691/2015 (conhecida por legalização de terrenos de marinha). Os valores que formam essa estimativa são: legalização terrenos de marinha e urbanos, com R\$ 18,0 bilhões; venda de participação da Infraero, com R\$ 7,0 bilhões; terrenos CEAGESP, com R\$ 1,3 bilhão e leilão da folha do funcionalismo, com R\$ 1,0 bilhão.

96. Anote-se que, historicamente, as Receitas Administradas por Outros Órgãos, algumas vezes, têm servido como tentativa de compensar a frustração das receitas tributárias devido ao crescimento econômico aquém do esperado¹³.

97. Mas, um aspecto distintivo que fica para o exercício vindouro é que algumas receitas que estavam sendo previstas para entrar em 2015 não mais o farão, em parte ou no todo, devido a problemas de mercado ou de adesão, e poderão ingressar em 2016. É o caso, por exemplo, do adiamento da venda de ações ao público da Caixa Seguridade e, possivelmente, do Instituto de Resseguros do Brasil- IRB, devido às condições adversas de mercado, e no qual se esperava apurar R\$ 5,0 bilhões. Também foi adiado o leilão da folha de pagamento dos funcionários públicos com o qual esperava se obter outros R\$ 5,0 bilhões. Outra possibilidade seria aguardar para 2016 os possíveis resultados do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT, visto que ainda tramita na Câmara dos Deputados. Esse item tem receita em 2015 prevista em R\$ 11,1 bilhões, respectivamente.

98. O Projeto de Lei contempla também a *Receita do Complemento do FGTS*. Em 2015, segundo a Avaliação do 3º Bimestre, a receita desse item está estimada em R\$ 4,5 bilhões. A previsão para 2016 é de R\$ 4,8 bilhões.

99. A *Contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor – PSSS* para 2016, no montante de R\$ 13,5 bilhões mostra participação de 0,22% do PIB, subindo com relação a 2015 quando representou 0,20% do PIB na Avaliação do 3º Bimestre.

¹³ Em 2012, por exemplo, a rubrica Alienação de Títulos Mobiliários teve sua receita reforçada com o resgate de R\$ 12,4 bilhões que estavam alocados no Fundo Soberano.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

100. A *Contribuição do Salário-Educação*, embora aumente em termos nominais para R\$ 19,7 bilhões, mostra pequena queda em relação ao PIB de 0,33% em 2015 para 0,32% em 2016.
101. A *Receita Própria* (fontes 50, 81 e 82) mantém para 2016 a mesma proporção do PIB de 2015: 0,25%, e é objeto de comentários adicionais no item 1.4.3 deste Parecer.
102. As Demais Receitas caem ligeiramente em termos nominais, sendo fixadas em R\$ 36,9 bilhões, com sua participação no PIB diminuindo de 0,63% do PIB em 2015 para 0,59% do PIB em 2016.

1.4.2.4 Revisão da Receita para 2016 pelo Congresso Nacional

103. Nossa avaliação geral é de que a estimativa da Receita Primária Total contida no PLOA2016, acrescida de alguns dos valores decorrentes do documento intitulado *Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 – Arrecadação*, igualmente elaborado pelo Poder Executivo, está em desacordo com as reais possibilidades de arrecadação nesse exercício.
104. A *Receita Primária Total* inicialmente foi prevista na Proposta para 2016 em R\$ 1.401,8 bilhões, com acréscimo de R\$ 76,5 bilhões, ou de 5,8%, sobre a estimativa para 2015 de R\$ 1.325,3 bilhões produzida na Avaliação do 3º Bimestre de 2015. A *Receita Primária Líquida*, ou seja, a Receita Primária Total deduzida das Transferências a Estados e Municípios, foi estimada em R\$ 1.180,1 bilhões superando em R\$ 68,5 bilhões a estimativa de arrecadação de R\$ 1.111,6 bilhões contida na referida Avaliação.
105. Em setembro de 2015, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional medidas adicionais listadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG em Apresentação do dia 14 do mesmo mês, contidas na citada *Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 – Arrecadação*, onde são elencadas proposições legislativas tanto na área de redução de gasto tributário, como de realocação de fontes de receita ou de aumento de receitas que, somadas às proposições relativas aos ajustes em despesas



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

discricionárias e obrigatórias, contidas na mesma Apresentação, visavam transformar o Resultado Primário inicial de R\$ 30,5 bilhões negativos (-0,49% do PIB), previsto no PLOA2016, para R\$ 34,4 bilhões positivos (+0,55% do PIB), colocando-o em consonância com a Proposta de alteração do PLDO2016.

106. Entendemos que há necessidade de outros ajustes para adequar o cenário prospectivo das receitas às reais condições da economia.
107. Avaliamos que o emprego da taxa positiva de crescimento real do PIB de +0,20%, embutida nas projeções para 2016, não é factível de ser obtida, diante das negativas perspectivas econômicas hoje vigentes, cuja reversão depende com destaque do ajuste sustentável das finanças públicas, sem o que não se criará condições para a retomada da confiança dos agentes privados.
108. Desse modo, uma consideração realista das perspectivas de arrecadação para 2016 impôs a revisão das hipóteses iniciais do PLOA2016, e, para tanto, adotamos para esse exercício a hipótese de crescimento econômico negativo de 1,0% para o PIB e de 6,0% para a variação acumulada do IPCA.
109. Com essa revisão tivemos uma expressiva redução de R\$ 11,0 bilhões na estimativa inicial de arrecadação da Receita Administrada pela SRFB, pois há uma gama de tributos cuja previsão é dependente da variação esperada do PIB. Por outro lado, uma revisão de estimativa da arrecadação previdenciária, indicou um ganho de R\$ 822,0 milhões, com relação à estimativa inicial.
110. Das medidas propostas pelo Poder Executivo após o envio da Proposta de 2016, diversas delas foram incorporadas ao nosso Relatório, por entendermos que são passíveis de serem aprovadas pelo Congresso Nacional, tanto pela natureza das medidas como por conterem relativamente menos dificuldades no processo de tramitação. Nesse conjunto há, inclusive, medidas que já estão tendo validade jurídica por terem sido baixadas por meio de medidas provisórias ou mesmo decreto daquele Poder.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

111. Porém, nesse processo de análise optamos por não incluir em nossa reestimativa da receita os recursos que seriam decorrentes da instituição da CPMF, porque o instrumento legal que a institui, Proposta de Emenda Constitucional (PEC), enfrenta obstáculos de toda a ordem à sua tempestiva aprovação. A exigência de *quorum* qualificado e de regras processuais legislativas distintas assumem maior dimensão diante do atual cenário econômico e político nacional que se mostra contrário a proposições de ajuste que se apoiem fortemente no aumento de carga tributária sobre a sociedade brasileira.
112. Nesse contexto, o trâmite dessa proposição enfrenta considerável dificuldade e, se eventualmente vier a ser aprovada no exercício vindouro, na nossa avaliação somente o seria em fins do último trimestre, o que inviabiliza a geração de arrecadação no exercício de 2016.
113. Em consequência, tendo em vista a premissa que orientou a feitura deste Relatório, qual seja a de oferecer um quadro realista das possibilidades de arrecadação tributária em 2016, levando-nos inclusive a rever a taxa de crescimento econômico, resolvemos por não considerar nenhum efeito de arrecadação no próximo exercício, resultante da possível instituição dessa Contribuição.
114. Adicionalmente, também não incluímos as medidas ligadas ao Sistema “S” por entendermos que isso poderia sobrecarregar o setor produtivo num momento delicado de queda da atividade econômica. Se não se pode estimular a economia por falta de recursos, também não se deve impor novas cargas fiscais, sob pena de se agravar as dificuldades em termos de geração de renda e empregos. Adicionalmente, lembramos que o Poder Executivo, até o momento, não expediu nenhuma proposta de alteração legislativa nesse sentido.
115. Por outro lado, resolvemos incorporar no rol de itens de receita para 2016, proposições que objetivavam produzir receitas em 2015, mas que, por dificuldades de tramitação ou de criação de condições operacionais para a sua geração, somente o farão em 2016.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

116. É o caso do leilão de usinas hidroelétricas previsto para o último trimestre de 2015, mas que devido a problemas para realização do processo licitatório não mais serão realizadas neste exercício e ficam reprogramadas para 2016, o que é estimado para gerar R\$ 11,0 bilhões de arrecadação em receitas com Concessões.
117. O adiamento para 2016 da venda de ações ao público da Caixa Seguridade e do Instituto de Resseguros do Brasil- IRB, devido às condições adversas de mercado, e no qual se esperava apurar R\$ 4,0 bilhões, com receita distribuída entre diversos tributos (Imposto de Renda, CSLL e Cofins). Neste particular, estimamos também receita adicional com Dividendos da Caixa Seguridade em R\$ 2,3 bilhões.
118. Por questões de exiguidade de tempo para a completa tramitação legislativa, também a proposta de legalização de recursos repatriados do exterior – RERCT (PL nº 2.960, de 2015) terão os recursos dela derivados apenas previstos para ingresso no exercício vindouro, estimados em R\$ 11,1 bilhões.
119. Novamente na área das Concessões, a licitação na área portuária, de vários terminais de grãos, celulose, carga geral, combustíveis, veículos e *containers*, e aeroportuária, com revisão dos valores de outorga nos projetos do Programa de Investimento em Logística - PIL (Porto Alegre, Florianópolis, Salvador e Fortaleza) mostra expectativa de arrecadação de R\$ 1,5 bilhão.
120. Na receita de Operações com Ativos, estimamos receita adicional de R\$ 3,6 bilhões, decorrentes de medidas relacionadas aperfeiçoamento na gestão e cobrança da dívida ativa da União, e de outros R\$ 10,0 bilhões, decorrentes da aprovação parcial de emendas parlamentares à receita, em função da ampliação do escopo da MP nº 691, de 2015.
121. Isto posto, através de Emendas de Relator, integramos à nossa reestimativa das receitas para o Orçamento de 2016 as modificações comentadas e acatamos parcialmente as Emendas Parlamentares, descritas no item 1.8 Emendas à Receita Apresentadas, deste Relatório, que prevêm, no âmbito da Amazônia Legal, a venda de imóveis rurais, que não



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

contenham litígios de nenhuma ordem, preferencialmente aos seus atuais ocupantes, e amplia o escopo da MP nº 691/2015, conhecida como *“legalização de terrenos de marinha”*, a fim de possibilitar também a alienação dos imóveis da União localizados em qualquer ponto do território nacional, além dos imóveis funcionais, respectivamente. Num momento difícil de carência de recursos para realizar o ajuste fiscal desejado pela sociedade brasileira, essas proposições oferecem a real possibilidade de, no exercício vindouro, gerarem recursos da ordem de R\$ 8,0 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente, sem implicar em aumento de tributação sobre renda ou consumo da população.

122. A seguir, a Tabela II mostra a previsão das receitas efetuada pelo Congresso Nacional para o Orçamento de 2016 (coluna F) comparado com a estimativa contida no PLOA2016 (coluna D); com a estimativa para 2015, dada pela Relatório de Avaliação da Receita e Despesa do 3º Bimestre (Coluna C); com a previsão da receita da LOA2015 (coluna B) e com os valores realizados de receita de 2014 (coluna A); mostra, também, as variações da receita (coluna G) decorrente da comparação entre o PLOA2016 (coluna D) e a previsão efetuada pelo Congresso Nacional (coluna F). A Tabela III, em seguida, mostra um maior detalhamento da Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS.

123. Como resultado de nossa reestimativa observa-se um aumento da Receita Primária Bruta de R\$ 1.401,8 bilhões na Proposta (coluna D) para R\$ 1.440,9 bilhões na reestimativa do Congresso Nacional (coluna E). Na coluna F vemos que as Receitas Primárias Brutas, tendo em conta os acréscimos e decréscimos de arrecadação em relação ao PLOA2016, mostram aumento de R\$ 39,0 bilhões e as Receitas Primárias Líquidas de R\$ 31,4 bilhões. As Transferências a Estados e Municípios aumentam em R\$ 7,6 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

TABELA II

RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL E LÍQUIDA

REALIZADA EM 2014 - LEI ORÇAMENTÁRIA E REPROGRAMAÇÃO 3º BIM DE 2015 - PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2016

REESTIMATIVA DO CONGRESSO NACIONAL E VARIAÇÃO EM RELAÇÃO À PROPOSTA

Discriminação	(A) Realizada 2014		(B) LOA 2015		(C) Reptr 3º Bim 2015		(D) PLOA 2016		(E) Cong Nac	(F=E-D)	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	R\$ milhões	
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	1.221.465,7	22,12	1.447.826,8	26,22	1.325.311,0	22,73	1.401.824,3	22,42	1.440.819,2	23,55	38.994,9
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	739.171,7	13,39	864.621,4	15,66	818.877,3	14,04	862.752,4	13,80	872.525,4	14,26	9.773,0
I.1.1. Imposto de Importação	36.563,3	0,66	47.976,8	0,87	39.851,8	0,68	48.190,1	0,77	48.190,1	0,79	0,0
I.1.2. IPI	50.146,2	0,91	59.515,1	1,08	52.968,5	0,91	58.736,9	0,94	58.736,9	0,96	0,0
I.1.3. Imposto sobre a Renda (*)	285.678,0	5,17	315.401,7	5,71	311.145,6	5,34	324.311,9	5,19	340.784,9	5,57	16.473,0
I.1.4. IOF	29.892,9	0,54	35.615,4	0,64	34.771,0	0,60	41.025,4	0,66	41.025,4	0,67	0,0
I.1.5. COFINS	198.742,4	3,60	222.907,0	4,04	208.625,5	3,58	232.846,1	3,72	235.616,1	3,85	2.770,0
I.1.6. PIS/PASEP	52.543,5	0,95	59.145,8	1,07	54.622,5	0,94	60.677,4	0,97	61.177,4	1,00	500,0
I.1.7. CSLL	64.808,1	1,17	75.873,1	1,37	67.376,9	1,16	67.504,7	1,08	68.534,7	1,12	1.030,0
I.1.7. CIDE - Combustíveis	30,3	0,00	9,7	0,00	3.578,4	0,06	6.505,4	0,10	6.505,4	0,11	0,0
I.1.8. Outras Administradas pela RFB	20.767,0	0,38	48.176,8	0,87	45.937,1	0,79	22.954,5	0,37	11.954,5	0,20	-11.000,0
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS (**)	337.503,1	6,11	392.710,6	7,11	349.964,2	6,00	366.087,1	5,85	366.909,0	5,87	821,9
I.3. Receitas Administradas por outros Órgãos	144.790,9	2,62	190.494,8	3,45	156.469,5	2,68	172.984,8	2,77	201.384,8	3,22	28.400,0
I.4.1. Concessões e Permissões	7.921,1	0,14	15.233,2	0,28	18.251,6	0,31	10.007,0	0,16	22.507,0	0,36	12.500,0
I.4.2. Cont. Plano de Seg. do Servidor	10.917,1	0,20	12.130,4	0,22	11.422,0	0,20	13.471,3	0,22	13.471,3	0,22	0,0
I.4.3. Contribuição do Salário-Educação	18.300,7	0,33	20.420,5	0,37	19.381,5	0,33	19.717,4	0,32	19.717,4	0,32	0,0
I.4.4. Cota-Parte de Compensações Financeiras	39.372,8	0,71	50.397,3	0,91	31.111,8	0,53	33.033,3	0,53	33.033,3	0,53	0,0
I.4.5. Dividendos e Participações	18.939,6	0,34	25.020,4	0,45	17.042,8	0,29	12.224,8	0,20	14.524,8	0,23	2.300,0
I.4.6. Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	12.449,9	0,23	13.866,5	0,25	14.821,3	0,25	15.643,7	0,25	15.643,7	0,25	0,0
I.4.7. Demais Receitas	32.852,2	0,60	45.935,5	0,83	36.923,2	0,63	36.850,7	0,59	36.850,7	0,59	0,0
I.4.8. Complemento do FGTS	4.037,5	0,07	4.191,0	0,08	4.515,3	0,08	4.774,2	0,08	4.774,2	0,08	0,0
I.4.9. Operações com Ativos	0,0	0,00	3.300,0	0,06	3.000,0	0,05	27.262,4	0,44	40.862,4	0,65	13.600,0
II. TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	198.485,3	3,59	224.428,5	4,06	213.726,1	3,67	221.747,3	3,55	229.360,3	3,58	7.613,0
II.1. Cide combustíveis	116,1	0,00	2,2	0,00	470,0	0,01	1.564,5	0,03	1.564,5	0,03	0,00
II.2. Compensações Financeiras/Royalties	25.151,0	0,46	32.122,8	0,58	20.142,0	0,35	21.361,1	0,34	21.361,1	0,34	0,00
II.3. Contribuição do Salário Educação	10.800,8	0,20	12.252,3	0,22	12.603,4	0,22	11.830,4	0,19	11.830,4	0,19	0,00
II.4. FPE/FPM/PI-EE	156.823,0	2,84	173.884,9	3,15	172.616,2	2,96	181.015,1	2,89	188.628,1	2,93	7.612,96
II.5. Fundos Regionais	4.579,6	0,08	5.123,1	0,09	6.985,7	0,12	4.737,4	0,08	4.737,4	0,08	0,00
II.6. Demais	1.014,9	0,02	1.043,2	0,02	908,7	0,02	1.238,8	0,02	1.238,8	0,02	0,00
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	1.022.980,4	18,53	1.223.398,3	22,15	1.111.584,9	19,06	1.180.077,0	18,87	1.211.458,9	19,97	31.382,0

Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças - MPOG e Secretaria de Política Econômica - MF

Memo: Produto Interno Bruto - PIB (R\$ milhões) 5.521.256,07 5.522.804,78 5.831.378,33 6.253.178,01 6.119.000,00

Notas: (*) exclusive incentivos fiscais; (**) R\$ 18.489,5 milhões de deson. somados à proj normal de 2016 de R\$ 347.597,6 milhões.

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

TABELA III**RECEITA ADMINISTRADA PELA SRFB, exceto RGPS**

Realizada em 2014 - LOA 2015 - Avaliação do 3º Bimestre - PLOA 2016

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015 (LOA)	(R\$ milhões)	
			2015 (3º Bimestre)	2016 (PLOA)
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	36.563	47.977	39.852	48.190
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	174	288	86	59
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	50.146	59.515	52.969	58.737
I.P.I. - Fumo	5.654	5.774	5.875	5.835
I.P.I. - Bebidas	3.380	4.054	3.027	2.698
I.P.I. - Automóveis	4.911	9.075	6.170	5.969
I.P.I. - Vinculado à Importação	15.079	15.023	16.826	20.622
I.P.I. - Outros	21.122	25.588	21.071	23.613
IMPOSTO SOBRE A RENDA	285.684	315.538	311.281	324.442
I.R. - Pessoa Física	27.709	31.885	29.505	31.572
I.R. - Pessoa Jurídica	112.709	120.121	119.717	114.974
I.R. - Retido na Fonte	145.266	163.531	162.060	177.896
I.R.R.F. - Rendimentos do Trabalho	73.934	82.924	74.954	80.462
I.R.R.F. - Rendimentos do Capital	41.211	46.891	51.480	61.202
I.R.R.F. - Rendimentos de Residentes no Exterior	19.795	20.629	24.733	25.697
I.R.R.F. - Outros rendimentos	10.326	13.087	10.893	10.536
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	29.893	35.615	34.771	41.025
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	995	970	1.082	1.180
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	198.742	222.907	208.626	232.846
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	52.544	59.146	54.623	60.677
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	64.808	75.873	67.377	67.505
CIDE - COMBUSTÍVEIS	30	10	3.578	6.505
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAP	501	697	386	395
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	19.097	46.222	44.383	21.320
Receitas de Loterias	4.759	4.764	4.950	5.263
CIDE-Remessas ao Exterior	2.523	2.622	2.977	3.227
Demais	11.815	38.835	36.456	12.830
TOTAL	739.178	864.757	819.013	862.883

Fonte: SRFB

Nota: inclui incentivos fiscais no IRPJ

124. Finalmente, aspecto negativo das estimativas que integram a Proposta para 2016 é que haverá um aumento da Carga Tributária Federal Bruta, que passará de 22,73% do PIB em 2015 para 23,55% do PIB em 2016, embora em sua maior parte devido a receitas não administradas pela SRFB que é onde se concentra a arrecadação de impostos.



1.4.3 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2016

125. Por força do art. 34, III, da Resolução nº 1/2006, este Relatório deverá conter análise e avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras.
126. Essas receitas provêm de um número elevado de itens, cujas projeções obedecem a variadas metodologias de apuração (ver Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária, inciso XI, itens a-4 e b-2). Em grande parte usam a arrecadação do ano anterior como base de projeção, o crescimento do PIB como indicador de variação futura das quantidades e o IGP-DI de referencial para a variação de preços.
127. Na Avaliação do 3º Bimestre de 2015, no quadro de receitas primárias, esses ingressos (fontes 50, 81 e 82) estão previstos em R\$ 14,8 bilhões, correspondendo a 0,25% do PIB. Na Proposta para 2016 estão estimadas em R\$ 15,6 bilhões, equivalendo a iguais 0,25% do PIB.
128. No orçamento para 2016, as receitas deste tópico estão globalmente estimadas em R\$ 17,3 bilhões, correspondendo a 0,28% do PIB, aí consideradas as receitas primárias bem como as receitas financeiras. As receitas primárias são originadas primordialmente da prestação de serviços, cobranças de tarifas e taxas e recolhimentos variados, enquanto que a maior parte das receitas financeiras é oriunda de remuneração de depósitos bancários e da amortização de financiamentos.
129. Os principais órgãos arrecadadores de recursos dessas fontes próprias são o Ministério da Defesa (R\$ 4,67 bilhões), as Operações Oficiais de Crédito (R\$ 2,53 bilhões), os Encargos Financeiros da União (R\$ 2,52 bilhões), o Ministério da Educação (R\$ 1,55 bilhão), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (R\$ 1,49 bilhão) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,01 bilhão).



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

130. A Tabela IV, a seguir, mostra o montante das receitas próprias das entidades da administração indireta, discriminadas por órgão e unidade orçamentária.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

TABELA IV

PLOA 2016 – Receitas Próprias e de Convênios de Entidades da Administração Indireta Primárias (Fonte 250 e 281) e Financeiras (Fonte 280)			
ÓRGÃO	R\$ Milhões	UO	R\$ Milhões
Enc. Financ. da União	2.515,09	Fundo Soberano do Brasil	2.225,05
		Fundo Social	290,04
Minist. da Agric., Pec. e Abastecimento	203,54	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	157,82
		Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	45,72
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.105,74	Indústrias Nucleares do Brasil S.A.	693,07
		Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	223,53
		Comissão Nacional de Energia Nuclear	115,49
		Demais	73,66
Ministério da Cultura	7,97	Instituto Brasileiro de Museus	4,94
		Demais	3,03
Ministério da Defesa	4.672,78	Fundo Aeronáutico	2.561,37
		Fundo do Exército	1.197,93
		Fundo Naval	716,75
		Demais	196,73
Ministério da Educação	1.546,57	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	105,27
		Fundação Universidade de Brasília	177,63
		Universidade Federal de Juiz de Fora	121,05
		Inst. Nac. de Estudos e Pesq. Educacionais Anísio Teixeira	125,74
		Universidade Federal do Rio de Janeiro	59,52
		Universidade Federal do Espírito Santo	62,67
		Fund. Coord. Aperfeiçoam. Pessoal de Nível Superior - CAPES	76,25
		Demais	818,44
Ministério da Fazenda	502,70	Banco Central do Brasil	470,49
		Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	31,03
		Demais	1,18
Ministério da Integração Nacional	68,18	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	41,77
		Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM	7,09
		Demais	19,32
Ministério da Justiça	0,11	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	0,11
Ministério da Previdência	462,58	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	462,58
Ministério da Saúde	70,73	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	3,54
		Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	12,08
		Demais	55,12
Ministério das Cidades	265,05	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	155,20
		Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSUB	109,85
Ministério das Comunicações	125,80	Fundo p/ o Desenv. Tecnol. das Telecomunic. - FUNTEL	123,98
		Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1,82
Min. das Rel. Exteriores	0,14	Fundação Alexandre de Gusmão	0,14
Ministério das Minas e Energia	709,35	Agência Nac. do Petr., Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	680,32
		Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	19,63
		Demais	9,40
Minist. dos. Agrário	1,48	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1,48
Minist. do Desenvolvim. Indústria e Comércio Exterior	1.490,07	Instituto Nac. de Metr., Qualidade e Tecnologia - INMETRO	817,10
		Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	466,04
		Demais	206,92
Ministério do Meio Ambiente	214,43	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	130,07
		Inst. Bras. do Meio Amb. e Rec. Naturais Renováveis - IBAMA	70,63
		Demais	13,74
Minist. do Planejamento Orçamento e Gestão	6,40	Fund. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	6,04
		Fundação Escola de Administração Pública	0,36
Minist. dos Transportes	205,94	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	128,40
		Demais	77,54
Minist. do Trab. e Empr.	5,05	Fund. Jorge Duprat Figueiredo de Seg. e Medicina do Trabalho	5,05
Ministério do Turismo	0,14	Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR	0,14
Oper. Oficiais de Crédito	2.531,10	Fundo de Financ. ao Estudante do Ensino Superior - FIEES	1.256,38
		Fundo do Desenvolvimento da Amazônia	544,65
		Fundo do Desenvolvimento do Nordeste	424,11
		Caixa de Construções de Casas p/ Pessoal da Marinha	199,99
		Demais	105,97
Presidência da República	141,40	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	141,35
		Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	0,05
Secret. de Ass. Estratég.	0,03	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	0,03
Secret. de Aviação Civil	490,83	Fundo Nacional de Aviação Civil	359,38
		Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	131,46
TOTAL			17.343,25

Fonte: PLOA 2016. Elaboração das Consultorias CD e SF.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

131. Observa-se que as agências reguladoras deverão arrecadar receitas próprias no montante de R\$ 957,6 milhões, sendo esses recursos fortemente concentrados em apenas três entidades, que respondem por 98% do total: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (R\$ 680,3 milhões), Agência Nacional de Aviação Civil (R\$ 131,5 milhões) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (R\$ 128,4 milhões). As demais agências não contarão com recursos próprios em 2016, sendo financiadas unicamente por recursos do Tesouro Nacional.

1.5 Receitas Financeiras para 2016

132. As Receitas Financeiras, ou não Primárias, por provocarem alterações simultâneas em ativos e passivos do setor público, são aquelas cuja arrecadação mantém inalterada a Dívida Líquida, não produzindo, portanto, efeitos sobre os Resultados Nominal e Primário.

133. No PLOA2016 somam R\$ 1.501,6 bilhões e representam 50,0% do valor de R\$ 3.000,3 bilhões da Receita Orçamentária Total referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (o restante é composto pelas Receitas Primárias).

134. A emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, constituídos para o Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal, interna e externa, constitui 58,9% das Receitas Financeiras, sendo o item de maior representatividade nesse segmento de ingressos.

135. A parcela referente ao Refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal consta, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma destacada. O montante dessa fonte varia em função do prazo de maturação da dívida mobiliária, sendo tanto menor quanto mais longo for esse prazo, e também em função da composição da dívida.

136. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (Remuneração das Disponibilidades do Tesouro e Resultado do Banco Central) são estimados em R\$ 73,0 bilhões e R\$ 81,6 bilhões,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

respectivamente, representando no seu conjunto 10,3% das Receitas Financeiras.

137. As Receitas de Amortizações de Empréstimos a Estados e Municípios montam a R\$ 49,9 bilhões e representam 3,3% do total dos ingressos financeiros.

138. A Tabela V a seguir, mostra a composição detalhada dessas receitas e a sua representatividade na Receita Total.

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

TABELA V**Receitas Financeiras no Projeto de Lei Orçamentária para 2016**

Receitas por Natureza	R\$ Milhões	Part %
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL -	883.028,6	30,4%
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO INTERNO -		
PRINCIPAL		
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - MERCADO	326.268,2	11,2%
INTERNO - PRINCIPAL		
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOIRO - PRINCIPAL	72.994,0	2,5%
RESULTADO DO BANCO CENTRAL - OPERAÇÕES COM RESERVAS E	46.406,6	1,6%
DERIVATIVOS CAMBIAIS - PRINCIPAL		
RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	35.184,7	1,2%
	31.263,4	1,1%
RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	30.148,6	1,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS -	20.415,5	0,7%
PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - PRINCIPAL	12.409,6	0,4%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	12.015,6	0,4%
REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO	8.741,5	0,3%
ECONÔMICO - PRINCIPAL		
VARIAÇÃO CAMBIAL - PRINCIPAL	5.086,2	0,2%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE	3.271,0	0,1%
CRÉDITO - PRINCIPAL		
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS - PRINCIPAL	3.066,7	0,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	2.401,9	0,1%
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL -	1.971,7	0,1%
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO EXTERNO -		
PRINCIPAL		
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	1.711,9	0,1%
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - MERCADO	1.496,3	0,1%
EXTERNO - PRINCIPAL		
AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO	914,9	0,0%
ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES - PRINCIPAL		
ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS -	787,2	0,0%
PGPM - PRINCIPAL		
JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	581,8	0,0%
TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA - PRINCIPAL	467,9	0,0%
OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	401,4	0,0%
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS -	206,5	0,0%
PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS		
REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS -	197,8	0,0%
PRINCIPAL		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E	129,3	0,0%
LONGO PRAZO - PRINCIPAL		
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS	12,6	0,0%
E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS		
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOIRO - PRINCIPAL	10,8	0,0%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	6,0	0,0%
ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	1,8	0,0%
OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - MULTAS E JUROS	0,2	0,0%
OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	0,0	0,0%
Total de Receitas Financeiras:	1.501.600,4	51,7%

Memorando

Total de Receitas Primárias:	1.383.335,2	47,6%
Total das Receitas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (*):	2.903.425,0	100,0%

Fonte: PL 007/2015 - CN (PLOA 2016)

(*) Para se chegar à Receita Total do PLOA2016 de R\$ 3.000,3 bilhões deve-se somar R\$ 96,9 bilhões das Receitas do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais e R\$ 18,5 bilhões de transferência do Tesouro ao RGPS pela compensação da desoneração da folha de pagamentos.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

1.6 Receita do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais para 2016

139. As fontes de financiamento do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para 2016 somam R\$ 96,9 bilhões. Esse valor reflete uma diminuição de 8,3% sobre a previsão da Lei Orçamentária de 2015 estimada em R\$ 105,7 bilhões.

140. A Tabela VI, a seguir, mostra as fontes de financiamentos do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais.

TABELA VI

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais Federais
2014-2016

R\$ milhões

Discriminação	Realizado	Lei+Créditos	PL nº 007/2015
	2014	2015	2016
Recursos Próprios	89.412,9	47.169,3	49.376,0
Geração própria	89.412,9	47.169,3	49.376,0
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	2.646,8	1.212,5	2.134,2
Tesouro - Direto	1.819,2	1.100,3	1.924,0
Saldo de Exercícios Anteriores	544,7	91,9	137,6
Controladora	282,9	20,3	72,7
Outras Fontes	0,0	0,0	
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.186,7	1.194,1	39.571,3
Internas	3.153,9	1.194,1	13.371,3
Externas	32,8	0,0	26.200,0
Outros Recursos de Longo Prazo	393,0	166,1	5.756,1
Debêntures	0,0	0,0	0,0
Controladora	393,0	166,1	556,1
Outras Fontes	0,0	0,0	5.200,0
Total	95.639,4	49.742,0	96.837,6

Fontes: Mensagem do PL nº 007/15-CN e Demonstrativos das fontes de financiamento dos investimentos, agregados por natureza - DEST/MPOG (dados até o 4º bimestre de 2015). Elaboração Consultorias

141. Tais fontes são, em sua maior parte, constituídas por recursos próprios das empresas que em 2016 representarão mais de 51% das fontes totais.



1.7 Metodologia da Estimativa das Receitas da Proposta de Orçamento para 2016

142. Como tem ocorrido em exercícios anteriores, a metodologia padrão de estimação das *Receitas Administradas pela SRFB* para 2016 emprega a técnica incremental e tomou por base a arrecadação prevista para 2015, depurada do ingresso de receitas atípicas, e acrescida do produto da multiplicação de índices representativos de fatores de variação de preços, de quantidades reais e de alterações legislativas esperados, bem como das receitas extraordinárias com expectativas de serem arrecadadas em 2016.
143. A previsão da receita base de 2015 foi feita tomando-se a arrecadação realizada até julho desse ano e a estimada para restante do segundo semestre desse exercício, tendo-se em conta hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final desse ano, conforme estabelecido pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda em grade de parâmetros de 07.08.2015.
144. Regra geral, como variação de quantidades reais utiliza-se a estimativa de variação real do PIB e para variação de preços emprega-se um índice ponderado constituído por 55% da variação do IPCA e 45% da variação do IGPdi, mas para determinados tributos ou incidências emprega-se índices específicos de variação real ou de preços, sendo esse quadro particularmente válido para as receitas tradicionalmente administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB.
145. No caso da Arrecadação Líquida do RGPS, outro significativo item da receita primária, além do PIB e do índice ponderado de variação de preços, são importantes a variação esperada da massa salarial e do salário-mínimo e, eventualmente, o montante de desonerações da folha a título de estímulo à produção.
146. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO. Somente até a LDO de 2009 houve tal previsão, onde se enunciava que as



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

estimativas *“se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante”*. De qualquer maneira, a LRF, matriz desse dispositivo, já cuidara do assunto nos mesmos termos:

“Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

147. O Comitê de Receitas aos PLOAs adotou por muito tempo a mesma metodologia da antiga SRF, atual SRFB, para as estimativas das receitas por ela tradicionalmente administradas. A observação da arrecadação no ano, até o último mês disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção para o exercício seguinte.
148. Desde o orçamento de 2004, esse Comitê passou a incorporar em suas previsões uma estimativa de Receitas Atípicas ou Extraordinárias arrecadadas pela RFB e, a partir de 2007, a própria SRFB passou a empregá-la em sua modelagem, por ocasião do encaminhamento do PL nº 15/2006.
149. A inclusão de Receitas Extraordinárias (ou Atípicas, ou Esforço de Arrecadação) nas estimativas cumpre, em grande parte, o papel de compensar o efeito de variáveis que não são levadas em conta na metodologia linear de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores. A Receita Extraordinária representa, assim, um conjunto variável de fatores não captados pelo modelo básico de estimação de receita empregado pela SRFB.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

150. No âmbito das *Receitas Administradas por Outros Órgãos* são importantes no arcabouço metodológico de estimação as informações específicas de cada item, em grande parte produzida por empresas ou órgãos do Poder Executivo, principalmente nos casos das Receitas de Concessões, Dividendos, Operações com Ativos e Complemento do FGTS.
151. As exceções ficam com: a) as Receitas com Compensações Financeiras (*Royalties*), cuja maior parcela advém do petróleo, e que, basicamente, depende da taxa de câmbio, da evolução da produção física de petróleo e da cotação internacional do barril *Brent*; b) a Receita de Contribuição do Salário-Educação, que fundamentalmente depende da evolução da massa salarial; c) as Demais Receitas, grupo de receitas constituído em quase sua totalidade por contribuições econômicas e sociais não administradas pela SRFB, por taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, por taxas por serviços públicos e d) as Receitas Próprias de entidades públicas, para citar as mais importantes. Os principais elementos que influenciam a previsão, desses dois últimos itens são as variações acumuladas esperadas para o PIB, IGP-DI, IPCA e taxa de câmbio.

1.8 Emendas à Receita Apresentadas

152. Por meio de Emendas de Relator, integramos à nossa reestimativa das receitas para o Orçamento de 2016 as receitas derivadas de algumas medidas contidas no documento *Propostas de Ajuste ao Orçamento de 2016 - Arrecadação*, elaborado pelo Poder Executivo, bem como de outras possibilidades de receitas que não constavam da Proposta original.
153. Durante o processo de apreciação pelo Congresso Nacional do PLOA2016, foram apresentadas quatro emendas parlamentares, todas relacionadas a prováveis acréscimos de Receita, cujos Pareceres estão em anexo. Relativamente à renúncia de receita, nenhuma emenda foi apresentada.
154. Acatamos parcialmente as Emendas nºs 24910015 e 24910016, do nobre Deputado Lelo Coimbra, e Emendas nºs. 26330004 e 26330005, de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

minha autoria, que prevê a venda de imóveis rurais, sem litígios de nenhuma ordem, preferencialmente aos seus atuais ocupantes, no âmbito da Amazônia Legal, e amplia o escopo da MP nº 691, de 31.08.2015, a fim de possibilitar também a alienação dos imóveis da União localizados em qualquer ponto do território nacional, além de imóveis funcionais, respectivamente. O amparo legal para inclusão dessas emendas repousa em emenda sobre a matéria aprovada quando da apreciação, pelo Congresso Nacional, da citada MP, conhecida como “*legalização de terrenos de marinha*”. Essas proposições oferecem a possibilidade de, no exercício vindouro, gerarem recursos da ordem de R\$ 8,0 bilhões e R\$ 2,0 bilhões, respectivamente, sem implicar em aumento de tributação sobre a sociedade brasileira.

155. Finalmente, sugerimos autorização ao Relator-Geral para: a) promover os ajustes técnicos necessários à utilização das receitas identificadas neste Relatório; b) ajustes decorrentes de eventual alteração na meta de resultado primário; e c) ajustes promovendo a adequação de fontes, inclusive, se for o caso, disponibilizando fontes financeiras de recursos, e acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015–CN

1.9 Anexos

156. Encontram-se, em anexo, Tabela contendo a evolução dos parâmetros econômicos e o detalhamento das receitas estimadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2016, com as modificações por nós efetuadas, classificadas por Natureza e Fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

2 VOTO

157. Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações propostas por esta Relatoria.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2015.

Senador Acir Gurgacz
Relator da Receita

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2016 - PL nº 007/2015-CN

3 Anexos**PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS SELECIONADOS, 2013-2016****Valores Estimados e Realizados**

Parâmetros	Realizado		2015					2016		
	2013	2014	LDO 2015	PLOA 2015	CN/ SPE 3/12/14	Aval 3º Bim/ SPE	Focus 28/8	PLOA 2016	Focus 4/9	CN
Variação real do PIB (%) ⁽³⁾	2,74	0,15	3,00	3,00	0,77	(1,50)	(2,26)	0,20	(0,50)	(1,00)
PIB (R\$ bilhões) ⁽³⁾	5.157,6	5.521,3	5.733,4	5.756,5	5.522,8	5.831,4	...	6.253,2	...	6.119,0
IPCA acum (%)	5,91	6,41	5,00	5,00	6,49	9,00	9,28	5,40	5,58	6,00
IGP-DI acum (%)	5,52	3,78	5,50	5,50	5,89	7,37	7,69	5,50	5,50	
INPC acum (%)	5,56	6,23	5,00	5,00	5,85	9,26	9,77	5,20	5,36	
Massa salarial nominal (%)	10,31	9,94	10,69	10,35	10,60	1,74	...	2,32	...	
Taxa Selic média (% a.a.)	8,18	10,86	10,66	10,91	12,07	13,12	13,63	13,42	13,06	
Taxa Selic-meta fim de período (% a.a.)	10,00	11,75	10,75	11,00	12,00	14,00	14,25	12,00	12,00	
Câmbio médio (R\$/US\$)	2,16	2,35	2,40	2,45	2,59	3,07	3,23	3,39	3,65	
Câmbio fim dez (R\$/US\$)	2,34	2,66	2,40	2,50	2,67	3,20	3,50	3,49	3,70	
Petróleo-preço médio (US\$)	107,15	104,78	102,60	107,44	86,02	86,50	...	55,94	...	
Importações ⁽²⁾ em US\$ (%)	6,00	-4,83	4,67	4,69	4,69	-17,39	...	5,97	...	
<u>Memorando:</u>										
Variação real do PIB na LOA (%)	4,50	3,80			0,77					

Fonte: Realizado: SPE/MF; Relatórios de avaliação e de cumprimento de metas quadr, LDO e PLDO; SOF/MPOG; STN/MF e Banco Central/Focus. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Alteração da LDO 2015; ⁽²⁾ Exclui petróleo e derivados

⁽²⁾ Exclui petróleo e derivados combustíveis.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

AUTOR DA EMENDA

2633 - Aclir Gurgacz

EMENDA

26330004

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
22240000 Alienação de Imóveis Rurais	98000 Receita do Tesouro da União	F	10.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo alterar a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Referida Lei forneceu o marco regulatório que embasou o lançamento do chamado Programa Terra Legal, executado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A intenção do Programa Terra Legal é regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais. Não obstante, os avanços obtidos na implantação do Programa, entendemos que seu alcance é ainda limitado e ignora uma demanda mais abrangente de regularização fundiária na Amazônia.

A presença de pessoas jurídicas que exploram economicamente áreas na Amazônia Legal não pode ser ignorada. Essas empresas geram empregos, são determinantes para o desenvolvimento da região e devem ser contempladas pelo programa de regularização de terras do governo federal.

Da mesma forma, pessoas físicas que produzem e empregam, aquelas que, nos termos da lei, exploram indiretamente a terra, devem também ser contempladas pelo programa. Há ainda produtores que, embora detentores de outra propriedade rural no país, possuem área na região que demanda regularização.

O ponto decisivo para a inclusão no programa de regularização das áreas detidas por essas pessoas é o atendimento à função social da propriedade, imperativo inscrito na Constituição Federal (art. 5º, XXII), requisito essencial presente na lei (art. 5º, III). É a contribuição para a geração de empregos, de riqueza e de desenvolvimento para o país que deve ser o critério determinante para a regularização dessas áreas, eixo central da presente proposta.

A preocupação em evitar a concentração de terras na região também se encontra presente na proposta. Não poderá ser beneficiário do programa pessoa física ou grupo econômico que tenha sido beneficiado anteriormente por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural. Ressalvadas as situações excepcionais admitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o acesso ao programa de regularização dar-se-á uma única vez.

As regularizações deverão observar ainda as disposições da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que regula a aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira que funcione no Brasil. Além de definir o que é pessoa jurídica estrangeira, essa lei estabelece limites de aquisição de imóveis rurais por essas pessoas, que deverão também ser observados na aplicação dos dispositivos ora propostos.

Deve-se ter em mente ainda o imenso benefício que a regularização trará para as áreas atualmente ocupadas, já que os títulos de domínio serão concedidos sob cláusulas de condição resolutiva, que incluem: aproveitamento racional e adequado da área; averbação da reserva legal, incluída a possibilidade de compensação na forma de legislação ambiental; a identificação das áreas de preservação permanente e, quando couber, o compromisso para sua recuperação na forma da legislação vigente; além da observância das disposições que regulam as relações de trabalho (art. 15 da Lei nº 11.952, de 2009).

Certos de que tais propostas representam um avanço para o desenvolvimento da Região da Amazônia Legal, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta emenda.

Além de todos os benefícios acima descritos, a presente emenda tem o potencial de arrecadar recursos, que são de suma importância para o ajuste fiscal e execução do orçamento 2016



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

AUTOR DA EMENDA

2633 - Acir Gurgacz

EMENDA

26330005

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
22250000 Alienação de Imóveis Urbanos	98000 Receita do Tesouro da União	F	7.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo ampliar o objeto da Medida Provisória 691 de 2015, a fim de possibilitar a alienação dos imóveis da União localizados em qualquer ponto do território nacional, além de permitir, também, a alienação dos imóveis funcionais. Tal receita é de extrema importância para o ajuste fiscal e orçamentário.

AUTOR DA EMENDA

2491 - Lelo Coimbra

EMENDA

24910015

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
22240000 Alienação de Imóveis Rurais	98000 Receita do Tesouro da União	F	10.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo alterar a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Referida Lei forneceu o marco regulatório que embasou o lançamento do chamado Programa Terra Legal, executado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A intenção do Programa Terra Legal é regularizar as ocupações legítimas, com prioridade aos pequenos produtores e às comunidades locais. Não obstante, os avanços obtidos na implantação do Programa, entendemos que seu alcance é ainda limitado e ignora uma demanda mais abrangente de regularização fundiária na Amazônia.

A presença de pessoas jurídicas que exploram economicamente áreas na Amazônia Legal não pode ser ignorada. Essas empresas geram empregos, são determinantes para o desenvolvimento da região e devem ser contempladas pelo programa de regularização de terras do governo federal.

Da mesma forma, pessoas físicas que produzem e empregam, aquelas que, nos termos da lei, exploram indiretamente a terra, devem também ser contempladas pelo programa. Há ainda produtores que, embora detentores de outra propriedade rural no país, possuem área na região que demanda regularização.

O ponto decisivo para a inclusão no programa de regularização das áreas detidas por essas pessoas é o atendimento à função social da propriedade, imperativo inscrito na Constituição Federal (art. 5º, XXII), requisito essencial presente na lei (art. 5º, III). É a contribuição para a geração de empregos, de riqueza e de desenvolvimento para o país que deve ser o critério determinante para a regularização dessas áreas, eixo central da presente proposta.

A preocupação em evitar a concentração de terras na região também se encontra presente na proposta. Não poderá ser beneficiário do programa pessoa física ou grupo econômico que tenha sido beneficiado anteriormente por programa de reforma agrária ou de regularização fundiária de área rural. Ressalvadas as situações excepcionais admitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a acesso ao programa de regularização dar-se-á uma única vez.

As regularizações deverão observar ainda as disposições da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que regula a aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica estrangeira que funcione no Brasil. Além de definir o que é pessoa jurídica estrangeira, essa lei estabelece limites de aquisição de imóveis rurais por essas pessoas, que deverão também ser observados na aplicação dos dispositivos ora propostos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

Deve-se ter em mente ainda o imenso benefício que a regularização trará para as áreas atualmente ocupadas, já que os títulos de domínio serão concedidos sob cláusulas de condição resolutiva, que incluem: aproveitamento racional e adequado da área; averbação da reserva legal, incluída a possibilidade de compensação na forma de legislação ambiental; a identificação das áreas de preservação permanente e, quando couber, o compromisso para sua recuperação na forma da legislação vigente; além da observância das disposições que regulam as relações de trabalho (art. 15 da Lei nº 11.952, de 2009).

Certos de que tais propostas representam um avanço para o desenvolvimento da Região da Amazônia Legal, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para o aperfeiçoamento e aprovação desta emenda.

Além de todos os benefícios acima descritos, a presente emenda tem o potencial de arrecadar recursos, que são de suma importância para o ajuste fiscal e execução do orçamento 2016

AUTOR DA EMENDA

2491 - Lelo Coimbra

EMENDA

24910016

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
22250000 Alienação de Imóveis Urbanos	98000 Receita do Tesouro da União	F	7.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo ampliar o objeto da Medida Provisória 691 de 2015, a fim de possibilitar a alienação dos imóveis da União localizados em qualquer ponto do território nacional, além de permitir, também, a alienação dos imóveis funcionais. Tal receita é de extrema importância para o ajuste fiscal e orçamentário.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
EMENDAS AO PLN 7/2015 - LOA

Data: 05/11/2015

Hora: 13:16

Página: 1 de 4

Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990001

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação - Administração Direta	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	1.253.880.000
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	5.934.000.000
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	54.180.000
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	54.180.000
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	162.540.000
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130111 Imposto sobre a Renda de Pes	5.441.220.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990002

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26101 Ministério da Educação - Administração Direta	11130321 Imposto sobre a Renda - Retic	347.295.600
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130321 Imposto sobre a Renda - Retic	1.643.580.000
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130321 Imposto sobre a Renda - Retic	15.006.600
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130321 Imposto sobre a Renda - Retic	15.006.600
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do	11130321 Imposto sobre a Renda - Retic	45.019.800



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990002

		Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130321		
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11130321	Imposto sobre a Renda - Reti	1.507.091.400

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990003

MODALIDADE DA EMENDA

Relator de Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	831.000.000
2 Orçamento da Seguridade Social	98000	Receita do Tesouro da União	1.939.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990004

MODALIDADE DA EMENDA

Relator de Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	309.000.000
2 Orçamento da Seguridade Social	98000	Receita do Tesouro da União	721.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990005

MODALIDADE DA EMENDA

Relator de Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade Social	33904	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	822.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990006

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12100911 Contribuição para os Program	140.000.000
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100911 Contribuição para os Program	150.000.000
2 Orçamento da Seguridade Social	38901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12100911 Contribuição para os Program	210.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990007

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	71101 Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	13220011 Dividendos - Principal	2.300.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990008

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	62901 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	13320411 Delegação para Exploração de	1.500.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990009

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	32101 Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	13450211 Concessão de Uso do Potencia	11.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990010

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	19909911 Outras Receitas - Primárias -	-11.000.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990011

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	22300011 Alienação de Bens Intangíveis	3.600.000.000

JUSTIFICATIVA

Erro ou omissão de ordem técnica em atenção ao PLN 01/2015 (PLDO 2016)



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Projeto de Lei Orçamentária para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN

Emendas à Receita por Autor

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo Fonte			Valor
Autor Lelo Coimbra		Emenda 24910015 Parecer: Pela Aprovação Parcial					
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	4.000.000.000
Total :							4.000.000.000
Autor Lelo Coimbra		Emenda 24910016 Parecer: Pela Aprovação Parcial					
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	1.000.000.000
Total :							1.000.000.000
Autor Acir Gurgacz		Emenda 26330004 Parecer: Pela Aprovação Parcial					
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	4.000.000.000
Total :							4.000.000.000
Autor Acir Gurgacz		Emenda 26330005 Parecer: Pela Aprovação Parcial					
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	1.000.000.000
Total :							1.000.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990001 Parecer: Pela Aprovação					
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	26101	M. da Educação	F	A	112	1.253.880.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	5.934.000.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	54.180.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	54.180.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	162.540.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	5.325.120.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	116.100.000
Total :							12.900.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990002 Parecer: Pela Aprovação					
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	26101	M. da Educação	F	A	112	347.295.600
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	1.643.580.000
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	15.006.600
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	15.006.600
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	45.019.800
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	1.474.934.400
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	32.157.000

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_170)

Emissão: 05-11-15 13:16:38



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Projeto de Lei Orçamentária para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN

Emendas à Receita por Autor

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo		Fonte	Valor
Total :							3.573.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990003 Parecer: Pela Aprovação					
12100111	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	831.000.000
12100111	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000	Rec. Tesouro	S	A	153	1.939.000.000
Total :							2.770.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990004 Parecer: Pela Aprovação					
12100211	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	309.000.000
12100211	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000	Rec. Tesouro	S	A	151	721.000.000
Total :							1.030.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990005 Parecer: Pela Aprovação					
12100311	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	33904	F. Regime Geral Prev. Social	S	A	154	822.000.000
Total :							822.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990006 Parecer: Pela Aprovação					
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	38901	FAT	F	A	140	140.000.000
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	38901	FAT	S	A	140	210.000.000
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	150.000.000
Total :							500.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990007 Parecer: Pela Aprovação					
13220011	Dividendos - Principal	71101	EFU- Superv. Min. Fazenda	F	A	197	2.300.000.000
Total :							2.300.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990008 Parecer: Pela Aprovação					
13320411	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	62901	Fundo Nac de Av Civil - FNAC	F	A	129	1.500.000.000
Total :							1.500.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990009 Parecer: Pela Aprovação					
13450211	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal	32101	M. de Minas e Energia	F	A	129	11.000.000.000
							11.000.000.000

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_170)

Emissão: 05-11-15 13:16:38



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Projeto de Lei Orçamentária para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN

Emendas à Receita por Autor

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo			Fonte	Valor
Total :								
Autor Relator de Receita		Emenda 80990010 Parecer: Pela Aprovação						
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	D	100	-11.000.000.000	
Total :							-11.000.000.000	
Autor Relator de Receita		Emenda 80990011 Parecer: Pela Aprovação						
22300011	Alienação de Bens Intangíveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	3.600.000.000	
Total :							3.600.000.000	



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo Fonte			Valor
Autor Lelo Coimbra		Emenda 24910015		Parecer: Pela Aprovação Parcial			
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	4.000.000.000
Total :							4.000.000.000
Autor Lelo Coimbra		Emenda 24910016		Parecer: Pela Aprovação Parcial			
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	1.000.000.000
Total :							1.000.000.000
Autor Acir Gurgacz		Emenda 26330004		Parecer: Pela Aprovação Parcial			
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	4.000.000.000
Total :							4.000.000.000
Autor Acir Gurgacz		Emenda 26330005		Parecer: Pela Aprovação Parcial			
22200011	Alienação de Bens Imóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	1.000.000.000
Total :							1.000.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990001		Parecer: Pela Aprovação			
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	5.934.000.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	26101	M. da Educação	F	A	112	1.253.880.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	54.180.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	54.180.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	162.540.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	5.325.120.000
11130111	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	116.100.000
Total :							12.900.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990002		Parecer: Pela Aprovação			
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	26101	M. da Educação	F	A	112	347.295.600
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	1.643.580.000
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	15.006.600
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	15.006.600
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	45.019.800
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	1.474.934.400
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	32.157.000

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110)

Emissão: 05-11-15 13:16:36



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo		Fonte	Valor
							Total : 3.573.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990003 Parecer: Pela Aprovação					
12100111	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	831.000.000
12100111	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000	Rec. Tesouro	S	A	153	1.939.000.000
							Total : 2.770.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990004 Parecer: Pela Aprovação					
12100211	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	309.000.000
12100211	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000	Rec. Tesouro	S	A	151	721.000.000
							Total : 1.030.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990005 Parecer: Pela Aprovação					
12100311	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	33904	F. Regime Geral Prev. Social	S	A	154	822.000.000
							Total : 822.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990006 Parecer: Pela Aprovação					
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	38901	FAT	F	A	140	140.000.000
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	98000	Rec. Tesouro	F	A	900	150.000.000
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	38901	FAT	S	A	140	210.000.000
							Total : 500.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990007 Parecer: Pela Aprovação					
13220011	Dividendos - Principal	71101	EFU- Superv. Min. Fazenda	F	A	197	2.300.000.000
							Total : 2.300.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990008 Parecer: Pela Aprovação					
13320411	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	62901	Fundo Nac de Av Civil - FNAC	F	A	129	1.500.000.000
							Total : 1.500.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990009 Parecer: Pela Aprovação					
13450211	Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal	32101	M. de Minas e Energia	F	A	129	11.000.000.000
							11.000.000.000

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatório de Receita RR_110)

Emissão: 05-11-15 13:16:36



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2016 - PL nº 0007/2015 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

Natureza		Unidade Orçamentária		Esfera Tipo		Fonte	Valor
Total :							
Autor Relator de Receita		Emenda 80990010 Parecer: Pela Aprovação					
19909911	Outras Receitas - Primárias - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	D	100	-11.000.000.000
Total :							-11.000.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990011 Parecer: Pela Aprovação					
22300011	Alienação de Bens Intangíveis - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	163	3.600.000.000
Total :							3.600.000.000

Tipo: A - Acréscimo D - Decréscimo R - Renúncia Compensação Receita P - Renúncia Compensação Despesa

SISTEMA DE APOIO À ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA - SELOR

(Relatoria de Receita RR_110)

Emissão: 05-11-15 13:16:36



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

ANEXO 2
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR NATUREZA DA RECEITA E FONTES DE RECURSOS

R\$ 1,00				
Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11110111 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	39.420.096.944	0	39.420.096.944
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.653.192.012	0	8.653.192.012
	Total:	48.073.288.956	0	48.073.288.956
11110112 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.206.748	0	44.206.748
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	18.857.210	0	18.857.210
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	24.517.307	0	24.517.307
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	17.181.014	0	17.181.014
	Total:	104.762.279	0	104.762.279
11110113 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.878.932	0	3.878.932
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	851.473	0	851.473
	Total:	4.730.405	0	4.730.405
11110114 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.081.682	0	3.081.682



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11110114 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.314.548	0	1.314.548
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.709.117	0	1.709.117
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.197.700	0	1.197.700
Total:		7.303.047	0	7.303.047
11110211 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.364.649	0	34.364.649
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.543.459	0	7.543.459
Total:		41.908.108	0	41.908.108
11110212 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.775.048	0	4.775.048
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.036.885	0	2.036.885
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	2.648.268	0	2.648.268
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.855.829	0	1.855.829
	Total:	11.316.030	0	11.316.030
11110213 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	690.768	0	690.768



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11110213 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	151.632	0	151.632
Total:		842.400	0	842.400
11110214 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.134.609	0	2.134.609
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	910.557	0	910.557
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.183.866	0	1.183.866
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	829.619	0	829.619
Total:		5.058.651	0	5.058.651
11120111 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - PRINCIPAL	102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	890.817.296	0	890.817.296
Total:		890.817.296	0	890.817.296
11120112 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - MULTAS E JUROS	102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	81.899.016	0	81.899.016



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		81.899.016	0	81.899.016
11120121 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	74.726.525	0	74.726.525
	102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	91.129.808	0	91.129.908
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	16.403.383	0	16.403.383
	Total:	182.259.816	0	182.259.816
11120122 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - MULTAS E JUROS	102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	4.654.263	0	4.654.263
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	837.768	0	837.768
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	2.236.467	0	2.236.467
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.580.030	0	1.580.030



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		9.308.528	0	9.308.528
11120123 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.279.088	0	3.279.088
	102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	3.998.888	0	3.998.888
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	719.800	0	719.800
	Total:	7.997.776	0	7.997.776
11120124 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	4.091.586	0	4.091.586
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	736.486	0	736.486
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.966.089	0	1.966.089



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11120124 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.389.012	0	1.389.012
Total:		8.183.173	0	8.183.173
11130111 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.118.347.088	5.325.120.000	17.443.467.088
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	14.120.457.727	6.204.900.000	20.325.357.727
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.853.448.006	1.253.880.000	4.107.328.006
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	264.208.149	116.100.000	380.308.149
Total:		29.356.460.970	12.900.000.000	42.256.460.970
11130112 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	171.635.388	0	171.635.388
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	798.780.143	0	798.780.143
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	161.012.536	0	161.012.536
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	257.111.179	0	257.111.179



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130112 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - MULTAS E JUROS	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	255.059.760	0	255.059.760
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.908.568	0	14.908.568
	Total:	1.656.507.574	0	1.656.507.574
11130113 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	292.746.606	0	292.746.606
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	341.112.202	0	341.112.202
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	68.931.614	0	68.931.614
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.382.557	0	6.382.557
	Total:	709.172.979	0	709.172.979
11130114 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	56.826.534	0	56.826.534
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	279.506.234	0	279.506.234
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	56.482.341	0	56.482.341
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	140.735.026	0	140.735.026



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130114 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	42.314.059	0	42.314.059
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.229.846	0	5.229.846
Total:		581.094.040	0	581.094.040
11130211 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.088.629.099	0	48.088.629.099
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	56.033.504.353	0	56.033.504.353
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.323.194.642	0	11.323.194.642
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.048.443.948	0	1.048.443.948
Total:		116.493.772.042	0	116.493.772.042
11130212 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	255.110.049	0	255.110.049
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.184.293.191	0	1.184.293.191



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130212 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - MULTAS E JUROS	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	239.320.786	0	239.320.786
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	382.156.886	0	382.156.886
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	379.107.762	0	379.107.762
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS		22.159.332	0	22.159.332
Total:		2.462.148.006	0	2.462.148.006
11130213 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	538.187.788	0	538.187.788
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	627.103.503	0	627.103.503
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	126.724.450	0	126.724.450
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS		11.733.745	0	11.733.745
Total:		1.303.749.486	0	1.303.749.486



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130214 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	38.695.921	0	38.695.921
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	190.329.240	0	190.329.240
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	38.461.543	0	38.461.543
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	95.833.250	0	95.833.250
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	28.813.679	0	28.813.679
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS		3.561.254	0	3.561.254
Total:		395.694.887	0	395.694.887
11130311 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	34.279.318.093	0	34.279.318.093
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	39.942.713.184	0	39.942.713.184



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130311 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	8.071.583.621	0	8.071.583.621
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	747.368.854	0	747.368.854
	Total:	83.040.983.752	0	83.040.983.752
11130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	61.443.880	0	61.443.880
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	285.239.918	0	285.239.918
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	57.640.998	0	57.640.998
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	92.043.422	0	92.043.422
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	91.309.033	0	91.309.033
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.337.129	0	5.337.129
11130313 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA	Total:	593.014.380	0	593.014.380
	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	50.376.135	0	50.376.135



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130313 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	58.698.936	0	58.698.936
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11.861.822	0	11.861.822
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.098.317	0	1.098.317
Total:		122.035.210	0	122.035.210
11130314 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.117.451	0	9.117.451
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.844.974	0	44.844.974
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.062.227	0	9.062.227
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	22.580.028	0	22.580.028
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	6.789.018	0	6.789.018
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	839.095	0	839.095



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		93.232.793	0	93.232.793
11130321 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - CAPITAL - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.282.526.767	1.474.934.400	22.757.461.167
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	24.798.680.655	1.718.613.000	26.517.293.655
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	5.011.292.640	347.295.600	5.358.588.240
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	464.008.578	32.157.000	496.165.578
	Total:	51.556.508.640	3.573.000.000	55.129.508.640
11130331 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - REMESSA AO EXTERIOR - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.358.515.317	0	10.358.515.317
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	12.069.878.556	0	12.069.878.556
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.439.069.014	0	2.439.069.014
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	225.839.723	0	225.839.723
	Total:	25.093.302.610	0	25.093.302.610
11130341 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.462.150.981	0	4.462.150.981



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11130341 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.199.357.127	0	5.199.357.127
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.050.680.900	0	1.050.680.900
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	97.285.268	0	97.285.268
Total:		10.809.474.276	0	10.809.474.276
11140111 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - FUMO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.210.751.413	0	2.210.751.413
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.882.849.369	0	3.882.849.369
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	529.297.194	0	529.297.194
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	60.147.408	0	60.147.408
Total:		6.683.045.384	0	6.683.045.384
11140121 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - BEBIDAS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.123.411.616	0	1.123.411.616
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.973.102.022	0	1.973.102.022
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	268.966.747	0	268.966.747



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11140121 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - BEBIDAS - PRINCIPAL	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.564.403	0	30.564.403
Total:		3.396.044.788	0	3.396.044.788
11140131 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - AUTOMÓVEIS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.902.065.223	0	1.902.065.223
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	3.340.688.918	0	3.340.688.918
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	455.391.674	0	455.391.674
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	51.749.054	0	51.749.054
	Total:	5.749.894.869	0	5.749.894.869
11140141 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - VINCULADOS À IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.336.532.311	0	6.336.532.311
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	11.129.157.415	0	11.129.157.415
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.517.089.961	0	1.517.089.961
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	172.396.586	0	172.396.586



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		19.155.176.273	0	19.155.176.273
11140151 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.478.332.855	0	7.478.332.855
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	13.134.556.796	0	13.134.556.796
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.790.459.378	0	1.790.459.378
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	203.461.293	0	203.461.293
	Total:	22.606.810.322	0	22.606.810.322
11140152 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	88.025.688	0	88.025.688
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	412.276.702	0	412.276.702
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	56.200.197	0	56.200.197
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	61.265.879	0	61.265.879
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	85.443.601	0	85.443.601



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11140152 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - MULTAS E JUROS	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.386.386	0	6.386.386
Total:		709.698.463	0	709.698.463
11140153 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	81.142.081	0	81.142.081
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	142.513.750	0	142.513.750
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	19.427.004	0	19.427.004
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.207.614	0	2.207.614
	Total:	245.290.449	0	245.290.449
11140154 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.430.927	0	22.430.927
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	110.976.113	0	110.976.113
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	15.127.897	0	15.127.897
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	31.150.555	0	31.150.555



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11140154 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	9.604.228	0	9.604.228
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.719.079	0	1.719.079
Total:		191.008.799	0	191.008.799
11150111 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - OURO - PRINCIPAL	119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	6.810.007	0	6.810.007
Total:		6.810.007	0	6.810.007
11150121 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.566.503.094	0	33.566.503.094
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	7.368.256.777	0	7.368.256.777
Total:		40.934.769.871	0	40.934.769.871
11150122 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - MULTAS E JUROS	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	14.658.017	0	14.658.017
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	28.579.876	0	28.579.876
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	38.195.535	0	38.195.535



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		81.433.428	0	81.433.428
11150123 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.334.096	0	1.334.096
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	292.850	0	292.850
Total:		1.626.946	0	1.626.946
11150124 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	141.814	0	141.814
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	276.505	0	276.505
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	369.534	0	369.534
Total:		787.853	0	787.853
11210111 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	2.602.812.468	0	2.602.812.468
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.115.491.057	0	1.115.491.057
Total:		3.718.303.525	0	3.718.303.525



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11210112 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	18.624.510	0	18.624.510
Total:		18.624.510	0	18.624.510
11210211 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - PRINCIPAL	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	211.135.490	0	211.135.490
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	90.486.638	0	90.486.638
Total:		301.622.128	0	301.622.128
11210212 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - MULTAS E JUROS	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	204.652	0	204.652
Total:		204.652	0	204.652
11210213 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - DÍVIDA ATIVA	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	8.742	0	8.742
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.746	0	3.746
Total:		12.488	0	12.488
11210214 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	14.697	0	14.697
Total:		14.697	0	14.697
11210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - PRINCIPAL	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.821.569.524	0	1.821.569.524



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
11210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - PRINCIPAL	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	780.672.653	0	780.672.653
Total:		2.602.242.177	0	2.602.242.177
11210222 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - MULTAS E JUROS	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.341.044	0	1.341.044
Total:		1.341.044	0	1.341.044
11210223 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - DÍVIDA ATIVA	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.943	0	2.943
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.261	0	1.261
Total:		4.204	0	4.204
11210311 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	17.158.294	0	17.158.294
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.353.555	0	7.353.555
Total:		24.511.849	0	24.511.849
11210411 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	109.504.249	0	109.504.249
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	46.930.393	0	46.930.393



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		156.434.642	0	156.434.642
11210511 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PESCA E AQUICULTURA - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	10.799.396	0	10.799.396
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.628.313	0	4.628.313
Total:		15.427.709	0	15.427.709
11220111 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	127 - CUSTAS JUDICIAIS	461.298.463	0	461.298.463
	175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	1.833.693	0	1.833.693
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	198.485.210	0	198.485.210
Total:		661.617.366	0	661.617.366
11220113 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	127 - CUSTAS JUDICIAIS	1.331.585	0	1.331.585
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	570.679	0	570.679
Total:		1.902.264	0	1.902.264
12100111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - PRINCIPAL	153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	159.665.189.202	1.939.000.000	161.604.189.202
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	68.427.938.229	831.000.000	69.258.938.229



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		228.093.127.431	2.770.000.000	230.863.127.431
12100112 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.866.271.088	0	1.866.271.088
	153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	953.859.968	0	953.859.968
Total:		2.820.131.056	0	2.820.131.056
12100113 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA	153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	733.754.811	0	733.754.811
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	314.466.348	0	314.466.348
Total:		1.048.221.159	0	1.048.221.159
12100114 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	782.705.070	0	782.705.070
	153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	101.965.249	0	101.965.249
Total:		884.670.319	0	884.670.319



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12100211 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - PRINCIPAL	151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	45.509.583.083	721.000.000	46.230.583.083
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.504.107.035	309.000.000	19.813.107.035
Total:		65.013.690.118	1.030.000.000	66.043.690.118
12100212 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.051.070.798	0	1.051.070.798
	151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	461.035.728	0	461.035.728
Total:		1.512.106.526	0	1.512.106.526
12100213 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA	151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	491.886.350	0	491.886.350
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	210.808.436	0	210.808.436
Total:		702.694.786	0	702.694.786
12100214 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	235.310.861	0	235.310.861
	151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	40.921.430	0	40.921.430



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		276.232.291	0	276.232.291
12100311 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	338.707.649.518	822.000.000	339.529.649.518
Total:		338.707.649.518	822.000.000	339.529.649.518
12100312 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - MULTAS E JUROS	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.019.724.765	0	4.019.724.765
Total:		4.019.724.765	0	4.019.724.765
12100313 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.842.019.788	0	3.842.019.788
Total:		3.842.019.788	0	3.842.019.788
12100314 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	140.020.980	0	140.020.980
Total:		140.020.980	0	140.020.980
12100421 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL	156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.012.663.053	0	10.012.663.053
Total:		10.012.663.053	0	10.012.663.053



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12100422 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS	156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	3.728.594	0	3.728.594
Total:		3.728.594	0	3.728.594
12100431 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS CIVIS PARA O RPPS - PRINCIPAL	156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	3.301.060.437	0	3.301.060.437
Total:		3.301.060.437	0	3.301.060.437
12100451 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL AO RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	95.522.722	0	95.522.722
Total:		95.522.722	0	95.522.722
12100461 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL E DO PENSIONISTA CIVIL AO RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	58.375.114	0	58.375.114
Total:		58.375.114	0	58.375.114
12100511 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES - PRINCIPAL	123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.885.916.343	0	1.885.916.343
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	808.249.861	0	808.249.861



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		2.694.166.204	0	2.694.166.204
12100611 - CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICO- HOSPITALAR DOS POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL - PRINCIPAL	106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	15.304.309	0	15.304.309
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.558.989	0	6.558.989
Total:		21.863.298	0	21.863.298
12100621 - CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA MÉDICO- HOSPITALAR DOS BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL - PRINCIPAL	106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	6.345.908	0	6.345.908
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.719.675	0	2.719.675
Total:		9.065.583	0	9.065.583
12100711 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A LOTERIA FEDERAL - PRINCIPAL	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	55.397.506	0	55.397.506
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.741.789	0	23.741.789
Total:		79.139.295	0	79.139.295



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12100721 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTÉRIAS ESPORTIVAS - PRINCIPAL	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	29.635.160	0	29.635.160
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.700.785	0	12.700.785
	Total:	42.335.945	0	42.335.945
12100741 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTÉRIAS DE NÚMEROS - PRINCIPAL	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.537.875.348	0	3.537.875.348
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.516.232.291	0	1.516.232.291
	Total:	5.054.107.639	0	5.054.107.639
12100751 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTÉRIA INSTANTÂNEA - PRINCIPAL	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	32.175.055	0	32.175.055
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.789.309	0	13.789.309
	Total:	45.964.364	0	45.964.364
12100761 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICO - MODALIDADE FUTEBOL - PRINCIPAL	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	29.335.323	0	29.335.323
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.572.284	0	12.572.284
	Total:	41.907.607	0	41.907.607



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12100811 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - PRINCIPAL	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	292.998	0	292.998
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	125.568	0	125.568
Total:		418.566	0	418.566
12100812 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - MULTAS E JUROS	118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	100.300	0	100.300
Total:		100.300	0	100.300
12100911 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	41.492.363.652	350.000.000	41.842.363.652
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.782.441.565	150.000.000	17.932.441.565
Total:		59.274.805.217	500.000.000	59.774.805.217



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12100912 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	567.110.819	0	567.110.819
	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	290.130.214	0	290.130.214
Total:		857.241.033	0	857.241.033
12100913 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	190.829.206	0	190.829.206
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	81.783.945	0	81.783.945
Total:		272.613.151	0	272.613.151
12100914 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	243.574.974	0	243.574.974



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12100914 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	29.038.657	0	29.038.657
Total:		272.613.631	0	272.613.631
12101011 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - PRINCIPAL	176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	416.203.017	0	416.203.017
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	178.372.721	0	178.372.721
Total:		594.575.738	0	594.575.738
12101012 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - MULTAS E JUROS	176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	19.079	0	19.079
Total:		19.079	0	19.079
12101111 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA - PRINCIPAL	184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	3.283.644.804	0	3.283.644.804
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.407.276.345	0	1.407.276.345
Total:		4.690.921.149	0	4.690.921.149



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12101121 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR - PRINCIPAL	184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	58.270.528	0	58.270.528
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	24.973.084	0	24.973.084
Total:		83.243.612	0	83.243.612
12101211 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	19.662.629.185	0	19.662.629.185
	Total:	19.662.629.185	0	19.662.629.185
12101212 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO - MULTAS E JUROS	113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	54.436.063	0	54.436.063
	Total:	54.436.063	0	54.436.063
12101213 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	138.779	0	138.779
	Total:	138.779	0	138.779
12101214 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	193.253	0	193.253
	Total:	193.253	0	193.253



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12101311 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO - PRINCIPAL	176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	126.431.028	0	126.431.028
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	54.184.726	0	54.184.726
	Total:	180.615.754	0	180.615.754
12101411 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO - PRINCIPAL	176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	113.573.800	0	113.573.800
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.674.486	0	48.674.486
	Total:	162.248.286	0	162.248.286
12101611 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL - PRINCIPAL	176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	243.755.693	0	243.755.693
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	104.466.726	0	104.466.726
	Total:	348.222.419	0	348.222.419
12101711 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RURAL - PRINCIPAL	176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	942.820.145	0	942.820.145
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	404.065.777	0	404.065.777
	Total:	1.346.885.922	0	1.346.885.922
12200111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN - PRINCIPAL	115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	18.880.756	0	18.880.756



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12200111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN - PRINCIPAL	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.091.752	0	8.091.752
Total:		26.972.608	0	26.972.608
12200121 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGROINDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PROTERRA - PRINCIPAL	115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	12.587.170	0	12.587.170
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.394.502	0	5.394.502
Total:		17.981.672	0	17.981.672
12200211 - CONTRIBUIÇÃO DE LOJAS FRANCAS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS E DEPÓSITOS ALFANDEGÁRIOS - PRINCIPAL	131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	116.112.596	0	116.112.596
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.762.541	0	49.762.541



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		165.875.137	0	165.875.137
12200311 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	517.939	0	517.939
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	221.974	0	221.974
Total:		739.913	0	739.913
12200313 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - DÍVIDA ATIVA	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	36.735	0	36.735
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.744	0	15.744
Total:		52.479	0	52.479
12200411 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE - PRINCIPAL	130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	777.848.403	0	777.848.403
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	333.363.601	0	333.363.601
Total:		1.111.212.004	0	1.111.212.004



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12200413 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE - DÍVIDA ATIVA	130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	88.161	0	88.161
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.784	0	37.784
Total:		125.945	0	125.945
12200511 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - PRINCIPAL	135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.374.920.297	0	2.374.920.297
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.017.822.985	0	1.017.822.985
Total:		3.392.743.282	0	3.392.743.282
12200512 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - MULTAS E JUROS	135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	147.254	0	147.254
Total:		147.254	0	147.254
12200513 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - DÍVIDA ATIVA	135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	875.757	0	875.757



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12200513 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - DÍVIDA ATIVA	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	375.324	0	375.324
Total:		1.251.081	0	1.251.081
12200514 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.051.813	0	1.051.813
Total:		1.051.813	0	1.051.813
12200611 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS RECEITAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	585.718.428	0	585.718.428
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	251.022.183	0	251.022.183
Total:		836.740.611	0	836.740.611
12200612 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS RECEITAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - MULTAS E JUROS	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	510.648	0	510.648
Total:		510.648	0	510.648



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12200711 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE - REMESSAS AO EXTERIOR - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.258.600.506	0	2.258.600.506
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	967.971.645	0	967.971.645
	Total:	3.226.572.151	0	3.226.572.151
12200811 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	336.336.891	0	336.336.891
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	144.144.382	0	144.144.382
	Total:	480.481.273	0	480.481.273
12200821 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - PRINCIPAL	111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	2.477.540.669	0	2.477.540.669
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.061.803.144	0	1.061.803.144
	Total:	3.539.343.813	0	3.539.343.813



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
	111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	570.921.553	0	570.921.553
12200822 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	824.061.316	0	824.061.316
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	573.712.141	0	573.712.141
Total:		1.968.695.010	0	1.968.695.010
12200823 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	3.789.099	0	3.789.099
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.623.900	0	1.623.900
Total:		5.412.999	0	5.412.999
12200824 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	148.328.815	0	148.328.815



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12200824 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	214.096.032	0	214.096.032
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	149.053.827	0	149.053.827
Total:		511.478.674	0	511.478.674
12200911 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	817.227.981	0	817.227.981
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	350.240.563	0	350.240.563
Total:		1.167.468.544	0	1.167.468.544
12200912 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - MULTAS E JUROS	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	3.181.201	0	3.181.201



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		3.181.201	0	3.181.201
12200921 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	439.917.329	0	439.917.329
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	188.535.998	0	188.535.998
Total:		628.453.327	0	628.453.327
12201011 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIOFUSÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	229.725.005	0	229.725.005
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	98.453.574	0	98.453.574
Total:		328.178.579	0	328.178.579
12201012 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIOFUSÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.285.478	0	1.285.478
Total:		1.285.478	0	1.285.478



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
12201111 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	53.815.128	0	53.815.128
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.063.626	0	23.063.626
	Total:	76.878.754	0	76.878.754
12201121 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PRINCIPAL	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	128.232.966	0	128.232.966
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	54.956.986	0	54.956.986
	Total:	183.189.952	0	183.189.952
13100111 - ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	835.503.259	0	835.503.259
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	43.067.414	0	43.067.414
	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	251.985.025	0	251.985.025



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13100111 - ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	461.384.280	0	461.384.280
Total:		1.591.939.978	0	1.591.939.978
13100112 - ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÉMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.083.053	0	5.083.053
	133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	15.873.782	0	15.873.782
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	50.724	0	50.724
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.399.678	0	1.399.678
	Total:	22.407.237	0	22.407.237
13100211 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.859.600	0	1.859.600
	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	646.929.090	0	646.929.090
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	7.747.047	0	7.747.047



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		666.535.737	0	666.535.737
13100212 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	32.567	0	32.567
Total:		32.567	0	32.567
13109911 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.086	0	5.086
Total:		5.086	0	5.086
13210011 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	7.386.889.729	0	7.386.889.729
	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.547.619.911	0	4.547.619.911
	293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	81.092.160	0	81.092.160
Total:		12.016.601.800	0	12.016.601.800
13210021 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.711.866.289	0	1.711.866.289
Total:		1.711.866.289	0	1.711.866.289



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13210031 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	197.823.054	0	197.823.054
Total:		197.823.054	0	197.823.054
13210051 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	577.914.311	0	577.914.311
	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	3.844.580	0	3.844.580
Total:		581.758.891	0	581.758.891
13210061 - JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - PRINCIPAL	197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	1.313.971.371	0	1.313.971.371
Total:		1.313.971.371	0	1.313.971.371
13220011 - DIVIDENDOS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	520.849	0	520.849
	197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	10.749.179.176	2.300.000.000	13.049.179.176
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.623.331	0	3.623.331
Total:		10.753.323.356	2.300.000.000	13.053.323.356
13220012 - DIVIDENDOS - MULTAS E JUROS	197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	35.336.220	0	35.336.220
Total:		35.336.220	0	35.336.220
13230011 - PARTICIPAÇÕES - PRINCIPAL	197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	122.714.912	0	122.714.912
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	21.685	0	21.685
Total:		122.736.597	0	122.736.597
13310211 - DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	36.052.500	0	36.052.500



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		36.052.500	0	36.052.500
13320411 - DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.793.662.281	1.500.000.000	5.293.662.281
Total:		3.793.662.281	1.500.000.000	5.293.662.281
13330011 - DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO - PODER CONCEDENTE NO REGIME PÚBLICO - PRINCIPAL	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.063.845.000	0	1.063.845.000
Total:		1.063.845.000	0	1.063.845.000
13330041 - CESSÃO DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA - PRINCIPAL	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	84.122.500	0	84.122.500
Total:		84.122.500	0	84.122.500
13410121 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	239.257.500	0	239.257.500
Total:		239.257.500	0	239.257.500
13410211 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	704.181.268	0	704.181.268



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		704.181.268	0	704.181.268
13410221 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ- SAL - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL -- PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	225.410.054	0	225.410.054
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	2.028.690.488	0	2.028.690.488
Total:		2.254.100.542	0	2.254.100.542
13410231 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL -- PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	478.002.289	0	478.002.289



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13410231 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	4.302.020.597	0	4.302.020.597
Total:		4.780.022.886	0	4.780.022.886
13410241 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	2.665.287	0	2.665.287
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	23.987.587	0	23.987.587
Total:		26.652.874	0	26.652.874



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13410311 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	78.323.904	0	78.323.904
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	548.267.329	0	548.267.329
Total:		626.591.233	0	626.591.233
13410321 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	224.992.314	0	224.992.314
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	2.024.930.829	0	2.024.930.829
Total:		2.249.923.143	0	2.249.923.143



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13410331 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	466.519.331	0	466.519.331
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	4.198.673.983	0	4.198.673.983
Total:		4.665.193.314	0	4.665.193.314

13410341 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	2.665.287	0	2.665.287
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	23.987.587	0	23.987.587



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		26.652.874	0	26.652.874
13410411 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	41.163.885	0	41.163.885
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	141.786.715	0	141.786.715
Total:		182.950.600	0	182.950.600
13410421 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ- SAL - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	1.681.700.569	0	1.681.700.569
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	5.792.524.182	0	5.792.524.182



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		7.474.224.751	0	7.474.224.751
13410431 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	1.226.915.349	0	1.226.915.349
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	4.226.041.758	0	4.226.041.758
Total:		5.452.957.107	0	5.452.957.107
13420241 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CESSÃO ONEROSA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	4.611.096	0	4.611.096



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		4.611.096	0	4.611.096
13420341 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CESSÃO ONEROSA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	461.110	0	461.110
	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	4.149.986	0	4.149.986
Total:		4.611.096	0	4.611.096
13430111 - BÔNUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4.000.000.000	0	4.000.000.000
Total:		4.000.000.000	0	4.000.000.000
13430241 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - PARTILHA DE PRODUÇÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	7.094.079	0	7.094.079



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13430241 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - PARTILHA DE PRODUÇÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	57.397.546	0	57.397.546
Total:		64.491.625	0	64.491.625
13440111 - OUTORGA DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	83.030.000	0	83.030.000
Total:		83.030.000	0	83.030.000
13440211 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - PRINCIPAL	141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.535.174.219	0	1.535.174.219
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	57.330.158	0	57.330.158
Total:		1.592.504.377	0	1.592.504.377
13440212 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - MULTAS E JUROS	141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	3.016	0	3.016
Total:		3.016	0	3.016



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
13440213 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - DÍVIDA ATIVA	141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	24.989.147	0	24.989.147
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	933.205	0	933.205
Total:		25.922.352	0	25.922.352
13440214 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	80.402	0	80.402
Total:		80.402	0	80.402
13450111 - OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	53.532.500	0	53.532.500
Total:		53.532.500	0	53.532.500
13450211 - CONCESSÃO DE USO DO POTENCIAL DE ENERGIA HIDRÁULICA - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0	11.000.000.000	11.000.000.000
Total:		0	11.000.000.000	11.000.000.000
13450311 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU - PRINCIPAL	134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	672.727.137	0	672.727.137
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.805.994	0	20.805.994



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		693.633.131	0	693.633.131
13450321 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS - PRINCIPAL	134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2.071.867.743	0	2.071.867.743
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	132.246.877	0	132.246.877
Total:		2.204.114.620	0	2.204.114.620
13460121 - CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES - PRINCIPAL	129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.555.000	0	6.555.000
Total:		6.555.000	0	6.555.000
13500211 - DIREITO DE USO DE IMAGEM E DE REPRODUÇÃO DOS BENS DO ACERVO PATRIMONIAL - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.500	0	5.500
Total:		5.500	0	5.500
13600111 - CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000.000.000	0	1.000.000.000
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	41.600.463	0	41.600.463
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	538.829.008	0	538.829.008
Total:		1.580.429.471	0	1.580.429.471



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
14000011 - RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	288.210	0	288.210
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.597.738	0	28.597.738
	Total:	28.885.948	0	28.885.948
15000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	65.390.890	0	65.390.890
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	898.902.832	0	898.902.832
	Total:	964.293.722	0	964.293.722
16100111 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	994.251	0	994.251
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.054.377.254	0	1.054.377.254
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	973.845.597	0	973.845.597
	Total:	2.029.217.102	0	2.029.217.102
16100211 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	89.069.889	0	89.069.889
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	295.033.867	0	295.033.867
	Total:	384.103.756	0	384.103.756
16100311 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	43.760.402	0	43.760.402
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.111.550.138	0	1.111.550.138



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		1.155.310.540	0	1.155.310.540
16100313 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	101.213	0	101.213
Total:		101.213	0	101.213
16100411 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.485.365	0	1.485.365
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	29.933.524	0	29.933.524
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	920.401.186	0	920.401.186
Total:		951.820.075	0	951.820.075
16200111 - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.851.981.029	0	1.851.981.029
Total:		1.851.981.029	0	1.851.981.029
16200211 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	245.599.500	0	245.599.500
Total:		245.599.500	0	245.599.500
16200311 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	650.197	0	650.197
Total:		650.197	0	650.197
16200411 - TARIFA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	796.617	0	796.617
Total:		796.617	0	796.617



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
16200421 - ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	745.383.094	0	745.383.094
Total:		745.383.094	0	745.383.094
16200431 - PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	405.968.369	0	405.968.369
Total:		405.968.369	0	405.968.369
16300111 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.984.264	0	10.984.264
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	255.961.331	0	255.961.331
Total:		266.945.595	0	266.945.595
16300211 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.700.000	0	1.700.000
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	83.248.817	0	83.248.817
Total:		84.948.817	0	84.948.817
16300221 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO MILITAR - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.274.047.475	0	1.274.047.475
Total:		1.274.047.475	0	1.274.047.475
16400111 - RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL	148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	3.710.355	0	3.710.355



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
16400111 - RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL	159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	17.810.644.160	0	17.810.644.160
	160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	40.600.791	0	40.600.791
	166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	81.521	0	81.521
	171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	272.176.547	0	272.176.547
	173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	11.409.636.642	0	11.409.636.642
	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.006.384.096	0	1.006.384.096
	266 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	10.604.931	0	10.604.931
	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	709.583.889	0	709.583.889
	Total:	31.263.422.932	0	31.263.422.932
16400211 - CONCESSÃO DE AVAIS, GARANTIAS E SEGUROS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.119.040.160	0	1.119.040.160
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	38.267.259	0	38.267.259
Total:		1.157.307.419	0	1.157.307.419



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
16400311 - REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAL	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	8.741.460.615	0	8.741.460.615
Total:		8.741.460.615	0	8.741.460.615
16909911 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	122.982	0	122.982
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	22.160.734	0	22.160.734
Total:		22.283.716	0	22.283.716
17000111 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	690.705.055	0	690.705.055
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	43.303.593	0	43.303.593
Total:		734.008.648	0	734.008.648
17000211 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	52.045.300	0	52.045.300
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	25.001.841	0	25.001.841
Total:		77.047.141	0	77.047.141
17000311 - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	70.863.051	0	70.863.051



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
17000311 - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	58.973.256	0	58.973.256
Total:		129.836.307	0	129.836.307
17000411 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	37.601.793	0	37.601.793
	195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	800.000	0	800.000
	196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	104.554.710	0	104.554.710
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	199.034.299	0	199.034.299
	296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	39.717.180	0	39.717.180
Total:		381.707.982	0	381.707.982
17000511 - TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	2.500.000	0	2.500.000
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	221.400	0	221.400
Total:		2.721.400	0	2.721.400
17000611 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - PRINCIPAL	195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	25.615.496	0	25.615.496
Total:		25.615.496	0	25.615.496
17000711 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	614.033	0	614.033



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
17000711 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	708.000	0	708.000
Total:		1.322.033	0	1.322.033
17000811 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS - PRINCIPAL	194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	12.270	0	12.270
Total:		12.270	0	12.270
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS		424.918.806	0	424.918.806
19100111 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	21.089.688	0	21.089.688
	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	1.769.087.764	0	1.769.087.764
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	230.243.000	0	230.243.000
Total:		2.445.339.258	0	2.445.339.258
19100113 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	448.346.586	0	448.346.586
Total:		448.346.586	0	448.346.586



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19100114 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.665.313	0	17.665.313
	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	13.373.652	0	13.373.652
Total:		31.038.965	0	31.038.965
19100211 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	131.241.669	0	131.241.669
Total:		131.241.669	0	131.241.669
19100212 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - MULTAS E JUROS	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	9.770.401	0	9.770.401
Total:		9.770.401	0	9.770.401
19100213 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	25.740	0	25.740
Total:		25.740	0	25.740
19100311 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	53.458.011	0	53.458.011
Total:		53.458.011	0	53.458.011



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19100411 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	340.609.075	0	340.609.075
Total:		340.609.075	0	340.609.075
19100511 - MULTAS PREVISTAS EM LEI POR INFRAÇÕES AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	164.461.461	0	164.461.461
Total:		164.461.461	0	164.461.461
19100611 - MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	156.882.289	0	156.882.289
Total:		156.882.289	0	156.882.289
19100621 - MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	220.088	0	220.088
Total:		220.088	0	220.088
19100711 - MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.097.817	0	6.097.817
Total:		6.097.817	0	6.097.817
19100811 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	10.058.989	0	10.058.989



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2016 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		10.058.989	0	10.058.989
19100911 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	24.086.286	0	24.086.286
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.882.032	0	2.882.032
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.282.994.014	0	1.282.994.014
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	87.527.382	0	87.527.382
	Total:	1.397.489.714	0	1.397.489.714
19101011 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - PRINCIPAL	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	5.336	0	5.336
Total:		5.336	0	5.336
19101013 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	334.628	0	334.628
Total:		334.628	0	334.628



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19101014 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	48.554	0	48.554
Total:		48.554	0	48.554
19101111 - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ACESSÓRIA - PRINCIPAL	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	46.730.978	0	46.730.978
Total:		46.730.978	0	46.730.978
19210111 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.862.537	0	2.862.537
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	197.628	0	197.628
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.067.646	0	3.067.646
Total:		6.127.811	0	6.127.811
19210211 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS PÚBLICOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.511.961	0	3.511.961
Total:		3.511.961	0	3.511.961



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19210212 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	30.362	0	30.362
	162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	16.649	0	16.649
Total:		47.011	0	47.011
19210311 - INDENIZAÇÃO POR SINISTRO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	86.849	0	86.849
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	673.420	0	673.420
Total:		760.269	0	760.269
19219911 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	104.164.693	0	104.164.693
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	291.054	0	291.054
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	13.572.548	0	13.572.548
Total:		118.028.295	0	118.028.295
19220111 - RESTITUIÇÃO DE CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	1.825.482	0	1.825.482
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	5.498.311	0	5.498.311
Total:		7.323.793	0	7.323.793
19220211 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	1.089.918.079	0	1.089.918.079



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		1.089.918.079	0	1.089.918.079
19220311 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	579.264.969	0	579.264.969
Total:		579.264.969	0	579.264.969
19220411 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PRINCIPAL	153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	5.237.952	0	5.237.952
Total:		5.237.952	0	5.237.952
19220511 - RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS COMPLEMENTARES - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	85.569.356	0	85.569.356
Total:		85.569.356	0	85.569.356
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS		1.915.852.057	0	1.915.852.057
19220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	3.617.434	0	3.617.434
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS		9.566.455	0	9.566.455



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2016 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	34.428.269	0	34.428.269
Total:		1.963.464.215	0	1.963.464.215
19220711 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE - PRINCIPAL	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	177.331.492	0	177.331.492
Total:		177.331.492	0	177.331.492
19220811 - RESTITUIÇÃO DE GARANTIAS PRESTADAS - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	20.361.230	0	20.361.230
Total:		20.361.230	0	20.361.230
19220911 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE FOMENTO - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.325.728	0	1.325.728
Total:		1.325.728	0	1.325.728
19221011 - RESTITUIÇÃO DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS À LEI ROUANET - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	12.394.772	0	12.394.772
Total:		12.394.772	0	12.394.772



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19229911 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	96.210.041	0	96.210.041
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	314.832.596	0	314.832.596
Total:		411.042.637	0	411.042.637
19230111 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	456.021.785	0	456.021.785
Total:		456.021.785	0	456.021.785
19230211 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.221.278	0	37.221.278
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	150.000	0	150.000
	175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	12.528.073	0	12.528.073
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	42.000.000	0	42.000.000
Total:		91.899.351	0	91.899.351
19230311 - REVERSÃO DE GARANTIAS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.575	0	45.575
Total:		45.575	0	45.575
19230411 - RESSARCIMENTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.756.489	0	5.756.489
Total:		5.756.489	0	5.756.489



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19230412 - RESSARCIMENTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - MULTAS E JUROS	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	57.486	0	57.486
Total:		57.486	0	57.486
19239913 - OUTROS RESSARCIMENTOS - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.823	0	7.823
Total:		7.823	0	7.823
19300111 - BENS, DIREITOS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR DO PODER PÚBLICO - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	5.654.203	0	5.654.203
Total:		5.654.203	0	5.654.203
19300211 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - PRINCIPAL	139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	228.711.148	0	228.711.148
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	15.592.891	0	15.592.891
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	1.381	0	1.381
Total:		244.305.420	0	244.305.420
19300212 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - MULTAS E JUROS	139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	357.600	0	357.600
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	15.613	0	15.613



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		373.213	0	373.213
19300221 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS - PRINCIPAL	139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	9.467.527	0	9.467.527
Total:		9.467.527	0	9.467.527
19300311 - DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR) - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	567.407	0	567.407
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.058	0	10.058
Total:		577.465	0	577.465
19300411 - PRÊMIOS PRESCRITOS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	364.954.453	0	364.954.453
Total:		364.954.453	0	364.954.453
19900311 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - PRINCIPAL	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	11.093.323	0	11.093.323
Total:		11.093.323	0	11.093.323



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19900313 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - DÍVIDA ATIVA	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.332	0	6.332
Total:		6.332	0	6.332
19900314 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.349	0	5.349
Total:		5.349	0	5.349
19900411 - CONTRIBUIÇÃO AO MONTEPIO CIVIL - PRINCIPAL	117 - RECURSOS ORIGINADOS DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA O MONTEPIO CIVIL	656.404	0	656.404
Total:		656.404	0	656.404
19900511 - BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO EXTERIOR - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	595.500.253	0	595.500.253
Total:		595.500.253	0	595.500.253
19900512 - BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO EXTERIOR - MULTAS E JUROS	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	654.717	0	654.717
Total:		654.717	0	654.717



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19900611 - CONTRAPARTIDA DE SUBVENÇÕES OU SUBSÍDIOS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	45.264.526	0	45.264.526
Total:		45.264.526	0	45.264.526
19900811 - PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT - PRINCIPAL	186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.571.753.804	0	4.571.753.804
Total:		4.571.753.804	0	4.571.753.804
19900911 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	581.368	0	581.368
Total:		581.368	0	581.368
19901011 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	19.380.000	0	19.380.000
Total:		19.380.000	0	19.380.000
19901111 - VARIAÇÃO CAMBIAL - PRINCIPAL	144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	5.086.178.156	0	5.086.178.156
Total:		5.086.178.156	0	5.086.178.156
19901211 - ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	58.025.867	0	58.025.867
	157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	706.238.618	0	706.238.618
Total:		764.264.485	0	764.264.485



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19901221 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.389.950	0	21.389.950
	157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	84.379.640	0	84.379.640
Total:		105.769.590	0	105.769.590
19909911 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.546.946.124	-11.000.000.000	546.946.124
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	98.925.528	0	98.925.528
Total:		11.645.871.652	-11.000.000.000	645.871.652
19909912 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.712	0	2.712
Total:		2.712	0	2.712
19909913 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	494.879.071	0	494.879.071
	133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	102.945	0	102.945
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.314.852	0	5.314.852
	157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	921.615	0	921.615
	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	2.770.642	0	2.770.642
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	60.443.086	0	60.443.086
Total:		564.432.211	0	564.432.211
19909914 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	340.434.920	0	340.434.920



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
19909914 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	9.300.726	0	9.300.726
	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	791.358	0	791.358
	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	2.075.196	0	2.075.196
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	217.532	0	217.532
Total:		352.819.732	0	352.819.732
19909921 - OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	4.084	0	4.084
	Total:	4.084	0	4.084
19909922 - OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - MULTAS E JUROS	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	218.733	0	218.733
	Total:	218.733	0	218.733
21110011 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	326.268.216.822	0	326.268.216.822
	Total:	326.268.216.822	0	326.268.216.822
21110021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	883.028.610.465	0	883.028.610.465



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		883.028.610.465	0	883.028.610.465
21110031 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA - PRINCIPAL	164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	467.944.590	0	467.944.590
Total:		467.944.590	0	467.944.590
21120011 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000	0	6.000.000
Total:		6.000.000	0	6.000.000
21210011 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	1.496.309.970	0	1.496.309.970
Total:		1.496.309.970	0	1.496.309.970
21210021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.971.719.839	0	1.971.719.839
Total:		1.971.719.839	0	1.971.719.839
21220011 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	205.898.102	0	205.898.102
	149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	2.196.031.253	0	2.196.031.253



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		2.401.929.355	0	2.401.929.355
21290011 - OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	401.400.000	0	401.400.000
Total:		401.400.000	0	401.400.000
22110011 - ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	187 - ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.804.166	0	1.804.166
Total:		1.804.166	0	1.804.166
22120111 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PGPM - PRINCIPAL	160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	787.194.304	0	787.194.304
Total:		787.194.304	0	787.194.304
22120311 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	77.140.687	0	77.140.687
Total:		77.140.687	0	77.140.687
22120411 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DE CAFÉ - FUNCAFÉ - PRINCIPAL	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	10.259.633	0	10.259.633
Total:		10.259.633	0	10.259.633
22130011 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	163 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	3.275.377	0	3.275.377
	263 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	16.737.851	0	16.737.851



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		20.013.228	0	20.013.228
22200011 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	23.314.426	0	23.314.426
	163 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	19.667.123.111	10.000.000.000	29.667.123.111
	263 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	51.453.912	0	51.453.912
Total:		19.741.891.449	10.000.000.000	29.741.891.449
22200012 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	58.529	0	58.529
Total:		58.529	0	58.529
22300011 - ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS - PRINCIPAL	163 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	7.000.000.000	3.600.000.000	10.600.000.000
Total:		7.000.000.000	3.600.000.000	10.600.000.000
23000311 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	1.918.566.249	0	1.918.566.249
	173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	28.230.043.137	0	28.230.043.137
Total:		30.148.609.386	0	30.148.609.386
23000411 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZO - PRINCIPAL	171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	129.315.048	0	129.315.048



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		129.315.048	0	129.315.048
23000511 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - PRINCIPAL	159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	7.563.000	0	7.563.000
	160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	3.263.462.760	0	3.263.462.760
Total:		3.271.025.760	0	3.271.025.760
23000611 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - PRINCIPAL	159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	7.896.851.925	0	7.896.851.925
	160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	8.341.061	0	8.341.061
	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.367.188.095	0	4.367.188.095
	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	137.186.048	0	137.186.048
Total:		12.409.567.129	0	12.409.567.129
23000711 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS - PRINCIPAL	166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	3.842.942	0	3.842.942



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
23000711 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS - PRINCIPAL	180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.524.023.720	0	2.524.023.720
	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	538.875.997	0	538.875.997
Total:		3.066.742.659	0	3.066.742.659
23008011 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES - PRINCIPAL	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	914.912.489	0	914.912.489
Total:		914.912.489	0	914.912.489
24000111 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	22.167.137	0	22.167.137
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	2.500.000	0	2.500.000
Total:		24.667.137	0	24.667.137
24000211 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	9.080.840	0	9.080.840
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.117.629	0	4.117.629
Total:		13.198.469	0	13.198.469



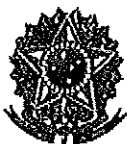
CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
24000411 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	40.622.913	0	40.622.913
	281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	985.786	0	985.786
	296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	158.894.120	0	158.894.120
Total:		200.502.819	0	200.502.819
29200011 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL - OPERAÇÕES COM RESERVAS E DERIVATIVOS CAMBIAIS - PRINCIPAL	152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	46.406.630.255	0	46.406.630.255
	Total:	46.406.630.255	0	46.406.630.255
29200021 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	35.184.659.333	0	35.184.659.333
	Total:	35.184.659.333	0	35.184.659.333
29300011 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO - PRINCIPAL	188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	72.994.039.243	0	72.994.039.243
	Total:	72.994.039.243	0	72.994.039.243
29400011 - RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO - PRINCIPAL	280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	10.811.294	0	10.811.294
	Total:	10.811.294	0	10.811.294
61100000 - GERAÇÃO PRÓPRIA	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	49.375.949.021	0	49.375.949.021
	Total:	49.375.949.021	0	49.375.949.021



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
62110000 - DIRETO	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	1.923.950.433	0	1.923.950.433
	Total:	1.923.950.433	0	1.923.950.433
62130000 - SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	137.560.521	0	137.560.521
	Total:	137.560.521	0	137.560.521
62200000 - CONTROLADORA	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	72.679.000	0	72.679.000
	Total:	72.679.000	0	72.679.000
62900000 - OUTRAS FONTES	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	62.084.400	0	62.084.400
	Total:	62.084.400	0	62.084.400
63100000 - INTERNAS	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	13.371.307.711	0	13.371.307.711
	Total:	13.371.307.711	0	13.371.307.711
63200000 - EXTERNAS	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	26.200.000.000	0	26.200.000.000
	Total:	26.200.000.000	0	26.200.000.000
69200000 - CONTROLADORA	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	556.135.278	0	556.135.278
	Total:	556.135.278	0	556.135.278
69900000 - OUTRAS FONTES	495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.200.000.000	0	5.200.000.000
	Total:	5.200.000.000	0	5.200.000.000
71130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.154	0	1.154
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.360	0	5.360



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
71130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.083	0	1.083
	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.729	0	1.729
	158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	1.715	0	1.715
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100	0	100
Total:		11.141	0	11.141
71130341 - IR - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.014	0	26.014
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.313	0	30.313
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	6.125	0	6.125
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	567	0	567
Total:		63.019	0	63.019



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
71140151 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.456	0	2.456
	101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.312	0	4.312
	112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	588	0	588
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	67	0	67
	Total:	7.423	0	7.423
71210111 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	7.104	0	7.104
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.045	0	3.045
	Total:	10.149	0	10.149
71210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	45.575	0	45.575



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
71210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.532	0	19.532
Total:		65.107	0	65.107
71220111 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	127 - CUSTAS JUDICIAIS	38.730	0	38.730
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.599	0	16.599
Total:		55.329	0	55.329
72100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	20.415.484.527	0	20.415.484.527
Total:		20.415.484.527	0	20.415.484.527
72100412 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	12.553.772	0	12.553.772
Total:		12.553.772	0	12.553.772



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
72100441 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	206.547.065	0	206.547.065
Total:		206.547.065	0	206.547.065
72100911 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	53.570	0	53.570
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.959	0	22.959
Total:		76.529	0	76.529
72100912 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	22.842	0	22.842



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
72100912 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	11.686	0	11.686
Total:		34.628	0	34.628
72201011 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RÁDIODIFUSÃO PÚBLICA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	12.211	0	12.211
	900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.233	0	5.233
Total:		17.444	0	17.444
73100111 - ALUGUÉIS, ARRENDAMENTOS, FOROS, LAUDÊMIOS, TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	1.612.367	0	1.612.367
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	587.527	0	587.527
Total:		2.199.894	0	2.199.894



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
73100211 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	153.071	0	153.071
Total:		153.071	0	153.071
75000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	140.600.021	0	140.600.021
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	45.887.102	0	45.887.102
Total:		186.487.123	0	186.487.123
76100111 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	3.659.811	0	3.659.811
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	27.146.682	0	27.146.682
Total:		30.806.493	0	30.806.493
76100211 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	70.587.088	0	70.587.088



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
Total:		70.687.088	0	70.687.088
76100311 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.163.119	0	1.163.119
Total:		1.163.119	0	1.163.119
76100411 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	5.213.067	0	5.213.067
Total:		5.213.067	0	5.213.067
76300111 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.725.267	0	12.725.267
	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.380.003	0	3.380.003
Total:		16.105.270	0	16.105.270
76909911 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	860.888	0	860.888
Total:		860.888	0	860.888



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
79100111 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	31.890	0	31.890
Total:		31.890	0	31.890
79100211 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	7.363	0	7.363
Total:		7.363	0	7.363
79219911 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO- FINANCEIROS	1.481	0	1.481
Total:		1.481	0	1.481
79220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	956.882	0	956.882
Total:		956.882	0	956.882
79900211 - APORTES PERIÓDICOS PARA COMPENSAÇÕES AO RGPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.489.464.867	0	18.489.464.867



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Natureza Receita	Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
------------------	------------------	----	--------------	-------------

Total: 18.489.464.867 0 18.489.464.867

Total:	3.000.324.715.705	38.995.000.000	3.039.319.715.705
--------	-------------------	----------------	-------------------



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

ANEXO 3
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00			
Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Realizado
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	259.844.282.330	-4.199.945.600	255.644.336.730
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	190.098.661.013	7.923.513.000	198.022.174.013
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.076.590.957	0	1.076.590.957
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	21.650.217	0	21.650.217
108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	4.435.913.458	0	4.435.913.458
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	3.536.917.027	0	3.536.917.027
112 - RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	52.261.257.093	1.601.175.600	53.862.432.693
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	19.717.397.280	0	19.717.397.280
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	31.467.926	0	31.467.926
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	53.532.500	0	53.532.500
117 - RECURSOS ORIUNDOS DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA O MONTEPIO CIVIL	656.404	0	656.404
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.684.811.690	0	3.684.811.690
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	6.810.007	0	6.810.007
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	1.885.916.343	0	1.885.916.343
127 - CUSTAS JUDICIAIS	462.668.778	0	462.668.778
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	8.158.557.281	12.500.000.000	20.658.557.281
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	777.936.564	0	777.936.564
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	116.112.596	0	116.112.596
132 - JUROS DE MORA DA RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	6.930.219.249	0	6.930.219.249
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	25.340.382	0	25.340.382
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2.744.594.880	0	2.744.594.880



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	2.376.995.121	0	2.376.995.121
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	238.536.275	0	238.536.275
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/ PASEP	42.179.758.477	350.000.000	42.529.758.477
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.560.246.784	0	1.560.246.784
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	24.081.250.951	0	24.081.250.951
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	885.000.330.304	0	885.000.330.304
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	332.850.704.948	0	332.850.704.948
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	209.608.457	0	209.608.457
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	2.597.431.253	0	2.597.431.253
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.027.205.097	0	4.027.205.097
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	46.503.426.591	721.000.000	47.224.426.591
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	81.591.289.588	0	81.591.289.588
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	161.460.007.182	1.939.000.000	163.399.007.182
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	347.373.419.665	822.000.000	348.195.419.665
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	13.471.349.920	0	13.471.349.920
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	791.539.873	0	791.539.873
158 - MULTAS INCIDENTES SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA RFB/MF	2.966.801.110	0	2.966.801.110
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	27.633.625.334	0	27.633.625.334
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	4.099.603.000	0	4.099.603.000
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	23.331.075	0	23.331.075
163 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	26.670.398.488	13.600.000.000	40.270.398.488
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	467.944.590	0	467.944.590
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	3.924.463	0	3.924.463



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	20.634.585.364	0	20.634.585.364
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	401.491.595	0	401.491.595
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	4.518.781.555	0	4.518.781.555
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	39.639.679.779	0	39.639.679.779
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	5.720.670.182	0	5.720.670.182
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	14.361.766	0	14.361.766
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.842.802.762	0	1.842.802.762
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.323.335.340	0	3.323.335.340
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	26.513.549.909	0	26.513.549.909
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	887.984.296	0	887.984.296
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	3.341.915.332	0	3.341.915.332
186 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	8.076.752.383	0	8.076.752.383
187 - ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.804.166	0	1.804.166
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL	72.994.039.243	0	72.994.039.243
194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	12.270	0	12.270
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	26.415.496	0	26.415.496
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	106.994.225	0	106.994.225
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	12.221.201.679	2.300.000.000	14.521.201.679
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	6.000.000	0	6.000.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.146.054.370	0	10.146.054.370
263 - ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	68.191.763	0	68.191.763
266 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	10.604.931	0	10.604.931
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	6.863.052.941	0	6.863.052.941
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	334.137.804	0	334.137.804
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	81.092.160	0	81.092.160
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	199.319.300	0	199.319.300



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
Relatório da Receita PLOA 2016 – PL nº 7/2015 - CN

Fonte (Cod/Desc)	PL	Reestimativa	Valor Atual
495 - RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	96.899.666.364	0	96.899.666.364
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS	121.400.196.209	1.438.257.000	122.838.453.209
Total:	3.000.324.715.705	38.995.000.000	3.039.319.715.705